

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

Diretrizes

Programa de Governo São José dos Campos 2025-2028

**Coligação São José Boa para Todos
PT-PCdoB-PV-PSOL-REDE**

O processo eleitoral é um momento privilegiado para o debate em torno do futuro da cidade. Os eleitores escolherão, prefeito e os vereadores e poderão discutir ideias e propostas, definindo um projeto de cidade, que não só deve contemplar o período de quatro anos de governo apontando as políticas e ações de longo prazo que definirão os rumos que o município deve seguir nas próximas décadas.

O programa de governo é tanto um documento para o debate eleitoral, quanto uma carta compromisso da **Coligação São José Boa para Todos** para reflexão acerca das prioridades que devem ser adotadas e os investimentos necessários a partir de 2025 para se chegar a uma cidade próspera, sustentável, mais igualitária, inclusiva e com uma cultura diversificada e pujante.

Como instrumento para o debate sobre o futuro da cidade, este documento está aberto a todos aqueles que queiram contribuir com suas sugestões e críticas para caminharmos rumo a uma cidade melhor para todos.

São José dos Campos, agosto de 2024.

Wagner Balieiro e Marina Sassi

Sumário

Introdução	04
I. Preparar a cidade para o futuro.....	05
II. Desenvolvimento sustentável, emprego e renda	08
III. Gestão democrática, transparência e participação	14
IV. Política urbana	17
1- Planejamento e mobilidade urbana	17
2- Meio ambiente, saneamento e qualidade de vida	22
V. Políticas sociais	26
1- Saúde	26
2- Educação	31
3- Cultura	41
4- Esportes e lazer	45
5- Cidadania, inclusão e renda básica	47
6- Segurança e justiça	51
7- Habitação e regularização de bairros	54
VI. Obras e equipamentos	58

Introdução

Como será a cidade nos próximos anos e décadas? Mesmo não sendo possível prever como será São José dos Campos no médio e longo prazo, uma coisa é certa: ela será a combinação de tendências pré-existentes, impactadas pelas incertezas que estão além do controle humano, mas também em grande parte pelo que seus habitantes desejarem construir.

É certo que o futuro da cidade depende, em grande parte das macrotendências que estão definindo o futuro do planeta e a organização das cidades. Mas, a cidade não é um agente passivo nesse processo; ela tem condições de influir e isso depende de sua capacidade de traçar seus rumos e se articular em torno deles. Assim, São José será mais desenvolvida, habitável, equitativa e humana quanto mais estiverem envolvidos e conscientes seus habitantes da necessidade de construção de um projeto coletivo, amplo e duradouro para o futuro.

O futuro está sempre aberto: é possível construir uma São José melhor; uma cidade humanizada, que olhe para os esquecidos, respeite a diversidade, e que tenha uma administração com capacidade de ação, organizada e presente; que faça valer o direito à saúde de qualidade, universal e gratuita; que dê suporte aos que mais precisam; que valorize os pequenos comerciantes e as riquezas presentes em seus bairros, que incentive a economia comunitária, a cultura, o esporte e o lazer.

A São José que queremos é uma cidade que promova a transparência radical no trato da máquina pública; que tenha participação popular nas decisões de interesse da sociedade; que busque a melhora do ambiente produtivo e geração de emprego e renda para uma economia sustentável e de baixo carbono; que aproveite o enorme potencial de capital humano, instituições tecnológicas, capacidade industrial e de inovação.

A São José que queremos é uma cidade que aproveite essa vocação. Com as mudanças relevantes a partir da emergência da Indústria 4.0 e 5.0, a cidade é uma das mais alinhadas e preparadas para o desenvolvimento e a diversificação dos serviços tecnológicos avançados como uma vertente relevante para o futuro. Para isso, é necessário manter um olhar atento para o desenvolvimento humano, para a universalização em todos os níveis de políticas públicas de qualidade, em especial às de saúde, educação e cultura.

I. Preparar a cidade para o futuro

Similar ao Plano Plurianual – PPA, é preciso um horizonte mais amplo, uma estratégia de longo prazo, que prepare São José dos Campos para as próximas décadas, que defina objetivos, metas e diretrizes para um período ampliado em quatro temas principais: as mudanças climáticas e a transição energética, a evolução demográfica, a macroeconomia e a infraestrutura.

Entre esses temas, o mais urgente certamente é o do aquecimento global decorrente do uso excessivo de combustíveis fósseis e da devastação dos biomas, o que exige a ampliação dos esforços globais para a mitigação e adaptação aos grandes impactos na economia, na saúde humana na organização física e na mobilidade das cidades, como têm mostrado os eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes, como as devastadoras enchentes recentes no Rio Grande do Sul.

A rápida transição demográfica que vive o Brasil é outra grande tendência que exigirá cada vez mais a reorientação da gestão pública devido ao aumento da longevidade, da redução da mortalidade e da natalidade, com impactos significativos para as políticas públicas de saúde, educação e geração de emprego e renda.

A redução da parcela da população em idade produtiva tem significativo impacto na disponibilidade de trabalhadores e na produtividade, o que pressiona cada vez mais a necessidade da formação e da melhoria da qualidade da educação para que a grande maioria da população não fique à margem desse processo.

Com isso, a transição demográfica articula-se com a consolidação das cadeias de valor mundiais e redistribuição da produção manufatureira, com foco no conhecimento e inovação e no uso da Inteligência Artificial – IA, como novos motores da economia dos países desenvolvidos e consolidação da indústria 4.0 e 5.0.

No âmbito nacional e regional, essas tendências associam-se às exigências crescentes da sociedade por acesso a serviços públicos de melhor qualidade; à reconfiguração espacial da indústria brasileira e seu impacto no desenvolvimento do eixo Rio-São Paulo; à especialização da rede de cidades do Sudeste em serviços avançados.

Outra questão importante que pode ter impacto negativo no orçamento municipal ou minimizar seu crescimento diz respeito à Emenda Constitucional – EC nº 132/2023, da reforma tributária, ora em regulamentação no Congresso, que muda os impostos e a forma de cobrança.

A reforma opera uma profunda modificação no sistema tributário nacional, revogando cinco impostos e contribuições (Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, o Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e o Imposto sobre Serviços – ISS),

centralizando a tributação em dois novos tributos a Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS e o Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, além de alterar uma série de outras regras.

Com o fim do ICMS estados e municípios terão uma de suas principais fontes de arrecadação modificada, com uma única alíquota para todo o território nacional e a cobrança no local de consumo, não mais no local de origem como é feito hoje. Essa transformação na forma de cobrança do imposto coloca os entes federativos que tendem a produzir mais do que consomem em desvantagem, já que a sua produção seria tributada em outro estado, e o consumo não é necessariamente suficiente para gerar uma arrecadação relevante.

O estudo “Impactos redistributivos da reforma tributária: estimativas atualizadas”, do Instituto de Economia Aplicada – Ipea, publicado em 28 de agosto de 2023, destaca que apenas 32 municípios muito ricos correm o risco de ter queda de arrecadação em algum momento da transição, considerando um cenário mais pessimista no que diz respeito ao crescimento da economia. Estão inclusos, neste caso, municípios que possuem receita per capita de ICMS e ISS três vezes maior do que a média nacional, como as sedes de refinarias de petróleo e hidrelétrica¹.

Mesmo que São José não esteja incluída nessa lista e a transição de 50 anos prevista para suavizar o impacto sobre as receitas dos municípios possibilite que os orçamentos sejam ajustados gradualmente à nova realidade, é preciso que a próxima administração se prepare, pois, a reforma começa a ser implantada já a partir de 2026 e entra em vigor de forma plena em 2033.

Finalmente, é preciso também considerar o impacto das ações federais no município, dado a base industrial e científica nele instalada, dependente em última instância das políticas da União. Durante os quatro anos do governo anterior, os ataques ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe, e a inação com relação à venda fracassada da Embraer para a Boeing, pilares do sistema de inovação instalado no município, bem como o negacionismo do governo federal da época, prejudicaram ao extremo a cidade.

Ao tentar desmoralizar e promover o desmonte do Inpe, com cortes orçamentários para a pesquisa e inovação, colocou-se em risco décadas de investimento em ciência e tecnologia para a preservação do meio ambiente, com graves consequências para a Amazônia, o agronegócio, a economia brasileira, São José dos Campos, e a imagem internacional do país.

Felizmente, em menos de um ano e meio o governo Lula reverteu essa situação. Apenas no ano de 2023 foram contratados R\$ 10,5 bilhões de crédito produtivo ao setor privado pelos bancos federais no município (isso sem incluir operações do Banco do Brasil e do Minha Casa Minha Vida – MCMV). Desse valor já foram desembolsados R\$ 5,73 bilhões.

¹ <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2023/08/impactos-redistributivos-da-reforma-tributaria-estimativas-atualizadas/>

No último mês de julho, em visita à cidade, o presidente Lula anunciou R\$ 4,5 bilhões através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiar a exportação de aeronaves modelo E-175 da Embraer, além de investimentos de infraestrutura de R\$ 10,75 bilhões para modernização das rodovias Presidente Dutra e Rio-Santos. Apenas a modernização das rodovias tem potencial de gerar 40 mil empregos nos próximos anos.

Antes, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o governo federal pagou até maio, no ano de 2024, R\$ 17,85 milhões para 975 bolsas para formação e pesquisa às instituições do município, além de retomar investimentos em inovação e desenvolvimento científico e tecnológico no valor de R\$ 2,95 milhões em apoio a quatro projetos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (posição de junho de 2024).

Também, pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – Embrapii, o governo federal está apoiando outros 14 projetos de inovação empresarial distribuídos em seis áreas de atuação: aeroespacial; indústria automobilística; saúde; tecnologias transversais com aplicações em educação, serviços, comércio e financeiro; tecnologias transversais com aplicações industriais e têxtil/calçados.

II. Desenvolvimento sustentável, emprego e renda

Desde o início da primeira década do século, São José dos Campos vem perdendo receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS, decorrentes da redução de sua cota-parte no Índice de Participação dos Municípios – IPM. Dados da Secretaria da Fazenda do Estado registram que em 2001 a participação de São José representava 4,12% do índice e, em 2022, o índice foi de 2,56%, uma queda de 37,86% no valor recebido anualmente pela cidade, tendência que se mantém em 2023, cujo índice, ainda provisório, segue caindo, registrando 2,42%. Além disso, de acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade, de 2003 a 2021, a participação do município no Valor da Transformação Industrial – VTI estadual teve um recuo de 7,1% para 4,0%.

A queda na participação decorre em grande parte do processo de desindustrialização que se manifesta pela queda da participação do PIB industrial na geração de riquezas. O município vem perdendo dinamismo econômico, reflexo da queda na participação do Valor Adicionado – VA gerado pela indústria de transformação no total do VA do município, que também teve uma queda de 33,35% no período de 2002 a 2022.

A Lei Complementar federal nº 63, de 1990, define o VA como o valor de saídas menos entradas de mercadorias no município, mais as prestações locais de serviços do ICMS. Ele representa 76% do IPM no estado. Essa tendência não é exclusiva de São José, mas um processo que atinge de uma forma mais ampla o Brasil como um todo, especialmente o estado de São Paulo e suas regiões mais industrializadas, a metropolitana da capital e a do Vale do Paraíba.

A desindustrialização está associada à emergência de novos padrões de desenvolvimento e, também, é reflexo dos avanços tecnológicos ocorridos na estrutura produtiva do sistema capitalista. A esse fenômeno está vinculado o aumento do processo de terceirização da economia, consequência da expansão das atividades comerciais e de serviços, que passam a sobrepujar cada vez mais intensamente a capacidade de geração de valor antes concentrada na indústria de transformação.

O atual modelo de industrialização local é muito dependente de decisões tomadas no âmbito do mercado global, o que diminui a capacidade de influência de políticas nacionais e municipais para industrialização. A troca do modelo de industrialização e da cultura econômica da cidade, em concordância com o desenvolvimento regional mais sustentável e em conjunto do Vale do Paraíba, é indispensável para a adaptação de São José dos Campos para os novos tempos da economia e para o real aproveitamento da tecnologia gerada no país.

Esse novo contexto cria desafios para a cidade que dependem de como será a evolução da economia mundial nos próximos anos, e de como o Brasil se inserirá nesse processo. Apesar disso, com as mudanças relevantes no padrão

tecnológico e a emergência da Indústria 4.0 e 5.0, São José dos Campos é talvez uma das cidades mais alinhadas e preparadas para tal tendência em função do capital humano, das instituições tecnológicas, da capacidade industrial e de inovação.

O Parque Tecnológico do município é um exemplo dessa dinâmica; ele é hoje o maior do país, com incubadoras de empresas, universidades e laboratórios, tornando-se o ambiente ideal para pesquisa, inovação e empreendedorismo. Congrega todos os atores necessários para o sucesso do negócio, atuando como uma mola propulsora para a continuidade do desenvolvimento regional.

Embora o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos – PDDI proponha políticas ativas de fortalecimento da vocação industrial, enfatizando o Parque Tecnológico como gestor estratégico do Sistema de Inovação local, tal fato, na prática, tem se mostrado ineficaz pela paralisia do poder público municipal ao não buscar articular as iniciativas locais com as políticas públicas do governo federal, e ao sistema de inovação como um todo.

Após a pandemia do coronavírus, mais do que nunca, mesmo considerando que as principais decisões que definem as tendências da macroeconomia não estão sob controle local, além das limitações orçamentárias do poder municipal para investimentos em políticas de desenvolvimento econômico, a prefeitura terá papel essencial no estímulo e apoio às atividades que gerem emprego e renda à população.

São José dos Campos possui uma das melhores qualidades de vida do país, e esse é mais um diferencial competitivo para atrair novos empreendedores, pois muitas grandes cidades perderam essa condição. É notório que o desenvolvimento da cidade nas últimas décadas possibilitou que a população tivesse uma formação acadêmica acima da média nacional, fato aliado à presença de universidades, institutos e, principalmente, ao setor aeronáutico, que alavancou o setor de tecnologia, formando e ao mesmo tempo atraindo para o município mão de obra altamente qualificada. Rapidamente, esse setor se tornou referência para o país, permitindo uma nova dinâmica para a cidade e região.

Para que haja desenvolvimento da economia, portanto, é preciso que ela seja diversificada, levando em consideração também que o perfil da população local está em processo de mudança. O IBGE apurou no Censo Demográfico de 2022 que, comparado com o de 2010, a população idosa (acima de 65 anos) do município passou de 38.852 para 80.504, o que representa um aumento de 6% para 12% da população total. A estimativa da Fundação Seade é que em 2030 aproximadamente 20% da população de São José será de idosos. Portanto, se faz necessário planejar e desenvolver novos setores, considerando também essa população.

Aproveitando a vocação da cidade, a nova administração irá estimular o desenvolvimento e a diversificação dos serviços tecnológicos avançados como uma vertente relevante para o desenvolvimento; mas também é preciso nortear

as ações e criar também as bases do desenvolvimento de novos setores, tais como energia limpa e renovável, agronegócio, nano e biotecnologia, produtos médicos hospitalares, softwares, serviços avançados e turismo. A meta é oferecer produtos e serviços com qualidade, preços e alcance global, consolidando a cidade como centro logístico para o Vale do Paraíba e o Estado do Rio de Janeiro.

A existência da Região Metropolitana do Vale do Paraíba – RMVP possibilita avançar na tendência da cidade como centro regional de serviços; para isso, é preciso consolidar atividades baseadas em conhecimento, como serviços de educação, saúde, finanças, dentre outros. O município tem todas as condições de liderar a região, trazendo o desenvolvimento e criando sinergias com as outras cidades do Vale.

Outro aspecto a ser considerado é a grande extensão territorial do município, com grande potencial para a produção rural e a agricultura periurbana de hortifrutigranjeiros, especialmente orgânicos, para atender a demanda cada vez maior por esses produtos, tanto da cidade de São José, quanto das cidades vizinhas. A administração irá estimular novos conceitos para a sustentabilidade da produção, propondo programas que incorporem a permacultura, uma forma de produção que prioriza a sustentabilidade, e a economia solidária e circular, principalmente centrada na agricultura familiar, com foco na melhoria da qualidade ambiental e do uso que se dá ao espaço rural.

Também, é importante ressaltar que o desenvolvimento não se confunde necessariamente com o simples crescimento quantitativo da economia; cada vez mais, a sociedade toma consciência da finitude dos recursos naturais do planeta, da importância de realizar a transição para uma economia de baixo carbono, diversificada, sustentável e que tenha as pessoas no centro de seus objetivos, com menos desigualdade e mais equidade.

Por fim, o desenvolvimento econômico sustentável de São José dos Campos passa por uma estreita e coordenada articulação entre os poderes públicos municipal, estadual e, principalmente, federal, com o empresariado, os trabalhadores e as entidades socioambientais, em um processo de efetivo diálogo e tomada de decisões compartilhadas. A gestão deve seguir os preceitos legais, em consonância com o Estatuto das Cidades e com a legislação municipal, e atuar voltada para melhoria das atividades econômicas já presentes, ao mesmo tempo em que fomenta uma nova cultura econômica local e regional.

Diretrizes para o desenvolvimento sustentável, emprego e renda

1. retomar a articulação entre poder público, o empresariado e os trabalhadores, com tomada de decisões compartilhadas, voltadas para a melhoria das atividades econômicas estabelecidas no município, assim como para alavancar e incentivar novos negócios;

2. recriar o Fórum de Desenvolvimento Sustentável, instituído pela administração do ex-prefeito petista Carlinhos Almeida (2013-16), e formar um conselho de desenvolvimento econômico sustentável para a construção de políticas públicas de desenvolvimento do município;
3. promover o Parque Tecnológico como meio de geração de soluções inovadoras de emprego e renda, procurando parcerias com empresas da região e de fora;
4. fomentar o uso do Parque Tecnológico para o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, biotecnologia e inovações biológicas e humanas de interesse local e regional;
5. apoiar a articulação e a complementaridade do Parque Tecnológico da Univap com o Parque Técnico, para ampliar as sinergias produtivas no município;
6. incentivar e apoiar o desenvolvimento dos pequenos empresários com ferramentas de comércio digital, fortalecendo-os diante da concorrência dos gigantes do varejo digital;
7. promover editais voltados às startups para a disponibilização de soluções inovadoras e criativas de mobilidade, saúde e segurança da cidade;
8. desenvolver uma política de relações internacionais para comercializar o que a cidade tem a oferecer para atrair investimentos, apoiando e divulgando no exterior os arranjos produtivos locais, e promovendo busca ativa por novas empresas de base tecnológica para se instalarem na cidade;
9. estabelecer parcerias com os institutos e universidades públicas com campi no município, como o ITA, Unifesp, Unesp, Fatec e o Instituto Federal São Paulo, e privadas comunitárias, como a Univap, para atender a demanda de formação de pesquisadores e mão de obra qualificada de alto nível, envolvendo a comunidade acadêmica na busca de soluções para os problemas da cidade;
10. regionalizar a atuação do Centro Educacional Professor Hélio Augusto de Souza – Cephas, ampliando os cursos técnicos e os programas de empregabilidade nas principais regiões do município;
11. apoiar a expansão das ETECs e do Sistema “S” (Senai, Senac, SESI, Sebrae) para intensificar as políticas de capacitação profissional voltada para as demandas do mercado de trabalho, com ampliação de novas parcerias para a qualificação dos trabalhadores, e aumento de programas de estágio para dar mais chances aos que ingressam no mercado de trabalho;
12. oferecer programas de atualização profissional para os trabalhadores que necessitam de atualização ou requalificação;
13. viabilizar a autossuficiência dos postos de atendimento ao trabalhador através da municipalização do PAT, buscando recursos do governo federal e do Estado para a sua atuação;

14. priorizar micros e pequenas empresas, criando mecanismos de apoio técnico e financeiro, buscando fortalecer o comércio nos bairros, gerando emprego e renda e fixando os moradores em seus locais de origem;

15. aperfeiçoar a política de incentivos, sempre na perspectiva de promover o investimento produtivo, a sustentabilidade, o baixo carbono e a geração de postos de trabalho e renda;

16. estimular e fomentar novos distritos industriais, para absorver empresas que queiram se instalar no município, bem como aquelas empresas incubadas que atingirem a maioria para os negócios, e/ou necessitarem de uma maior estrutura. Desapropriar a área da antiga ocupação do Pinheirinho, na zona Sul para criação de um Distrito Industrial com incentivos para empresas que possam realizar grande contratação de mão de obra.

17. estimular a produção agrícola em vazios urbanos, áreas periféricas e/ou de transição urbano-rural, centrados nas produções agrícolas familiares, como no núcleo agrícola do Banhado, para a formação de um cinturão de produção de hortifrutigranjeiros, especialmente orgânicos, fixando, urbanizando e gerando renda para os moradores desses locais;

18. criar um programa municipal de Incentivo à permacultura e desenvolvimento da economia circular em diversas áreas de atividade econômica no município, para formação e o aperfeiçoamento de agricultores locais em novas formas de produção orgânica, através de programas e editais voltados para essa população;

19. articular com o estado e os municípios da RMVP para o desenvolvimento regional e a elaboração de um planejamento participativo integrado;

20. propor aos municípios limítrofes, especialmente Jacareí, Caçapava e Taubaté, um planejamento específico para potencializar a integração no eixo da rodovia Presidente Dutra;

21. fomentar o desenvolvimento de uma plataforma logística intermodal e de e-commerce, para um crescimento consistente na cidade, com infraestrutura forte;

22. promover a implementação da economia solidária, estimulando e apoiando o cooperativismo e o associativismo;

23. promover um conjunto de políticas públicas para inclusão e capacitação de pessoas com deficiência e desenvolver com elas o segmento de projeto e produção de tecnologias acessíveis;

24. estabelecer parcerias com hotéis, restaurantes e agências, integrando a cadeia do setor de turismo, visando fomentar o setor na cidade e região;

25. incentivar o turismo rural e ecológico no distrito de São Francisco Xavier;

26. desenvolver uma plataforma tecnológica, criando uma dinâmica de inovação através da transferência e desenvolvimento de tecnologias entre academia,

institutos de pesquisas, desenvolvedores individuais (inovação aberta) e setores empresariais;

27. viabilizar consórcio entre os principais municípios da RMVP para promover pesquisa regional mensal semelhante à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, com o objetivo de acompanhar as flutuações e informações estruturais e conjunturais da força de trabalho necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico regional.

III. Gestão democrática, transparência e participação

A Constituição Federal – CF de 1988 e a Lei Orgânica do Município – LOM estabelecem diversas formas de participação da população na gestão pública, como a realização de reuniões, assembleias e audiências públicas antes da aprovação pelo Poder Legislativo de determinadas leis, criando condições para uma maior interferência da população na elaboração do orçamento do município, dos Planos Diretores de Desenvolvimento, da Lei de Zoneamento e legislações das várias políticas setoriais.

Uma administração eficiente, democrática e transparente só pode ser construída com democracia participativa, onde o cidadão tem voz e voto para além do dia da eleição, quando, de quatro em quatro anos, avalia o resultado de suas escolhas anteriores para o Executivo e Legislativo.

O anseio pela democracia fortalece as ações relacionadas às políticas públicas. O respeito às necessidades da população por um sistema que possa, sem discriminação de qualquer natureza, atender a todos e todas com qualidade e competência deve ser sempre o grande objetivo de qualquer administrador público.

Além de cumprir essas obrigações legais de consultas – agora com verdadeira vontade de ouvir a população, divulgando adequadamente, em horário apropriado ao trabalhador e mobilizando a comunidade – a **Coligação São José Boa para Todos** irá retomar e ampliar as formas de participação da sociedade nas decisões de interesse público.

Como consequência dessa lógica, o nosso governo irá retomar o orçamento participativo, mobilizando a população para que a política de investimentos da prefeitura seja decidida de forma transparente, com a sociedade estabelecendo prioridades e acompanhando sua execução. Também promoverá outras formas de participação como a instalação e/ou fortalecimento dos conselhos setoriais para a elaboração e acompanhamento da execução das políticas públicas em todas as áreas.

Articulado com os conselhos, a administração retomará a realização das conferências setoriais, tais como da cultura, do meio ambiente, da igualdade racial, da mulher e de outras políticas públicas, para avaliar e atualizar os diversos planos municipais, onde existem, e construir novos nas áreas inexistentes.

Para que a participação popular e o controle social sejam efetivos é necessário transparência na divulgação das informações públicas. A gestão ampliará as adequações dos sites e demais mecanismos de informação e transparência, promovendo uma política radical de transparência para que a população acompanhe, participe e fiscalize as ações do poder público.

Destaque-se, em especial, a volta da divulgação na internet de dados de interesse direto da população, como a disponibilização das listas de espera para consultas, exames e cirurgias eletivas, com estimativa de tempo para atendimento, que foram retiradas da internet pela atual administração, além de dar mais transparência aos dados de outras áreas, como, por exemplo, as listas de espera de vagas na educação municipal.

A administração também buscará de forma contínua a modernização institucional, o fortalecimento, a qualidade e a expansão dos serviços públicos prestados pela prefeitura. Tais metas só poderão ser atingidas mediante a valorização permanente do funcionalismo municipal, por meio de concurso público para a reposição de quadros, revisão do plano de carreira e recuperação dos salários, além de investir em treinamento, para que a Prefeitura retome a iniciativa na gestão dos serviços municipais.

Diretrizes para a gestão democrática, transparência e participação

1. promover a modernização administrativa, reavaliando todos os procedimentos, e aprimorando os processos para maior rapidez e transparência, facilitando a vida do cidadão que busca o atendimento do poder público;
2. aprimorar os sistemas, métodos e instrumentos de controle e avaliação da administração pública, garantindo maior agilidade e eficiência, racionalizando a utilização de recursos;
3. desenvolver um programa permanente de redução de desperdícios na administração pública, realizando compras unificadas de material e contratação de serviços, que são comuns às diversas secretarias, para ganhar escala e economicidade;
4. criar programas matriciais para unificar ações, equipes, recursos e esforços de secretarias que podem contribuir para o sucesso dos programas mais abrangentes da administração;
5. avançar na transparência e na informação à população utilizando os recursos que as novas tecnologias têm disponibilizado para qualificar e auxiliar a participação popular e a tomada de decisões na execução das políticas públicas;
6. fortalecer os mecanismos e os processos de participação, consultas e diálogos com a sociedade, incluindo novas formas que ampliem a tomada de decisão, como plebiscitos e consultas pela internet;
7. retomar o orçamento participativo, para que a população tenha voz e voto na definição das prioridades da administração;
8. realizar regularmente conferências municipais setoriais para a elaboração, avaliação e atualização das políticas públicas específicas;

9. ampliar a participação e representação da população nos conselhos gestores das políticas públicas, como os de saúde, de educação, dos direitos da pessoa idosa, de direitos humanos, dos direitos da mulher, da igualdade racial, da pessoa com deficiência e da juventude, entre outros;

10. buscar novos recursos tecnológicos que facilitam e tornam mais fáceis a obtenção de informações e o encaminhamento de reclamações para os municípios, modernizando o sistema 156;

11. fortalecer o sentimento de apropriação pela sociedade dos espaços públicos (parques, praças, academias, poliesportivos), e estimular a sua utilização com atividades de esporte, cultura, lazer e entretenimento, para a promoção de uma cidade mais amigável e agradável de se viver;

12. rever o plano de carreira dos servidores, como forma de valorizar e garantir a permanência na carreira de quadros qualificados, e proporcionar qualidade nos serviços prestados aos municípios.

IV. Política urbana

1. Planejamento e mobilidade urbana

A transição climática e a aceleração do desenvolvimento tecnológico desafiam o planejamento e a mobilidade urbana, apontando para a necessidade de uma nova organização física das cidades. O trabalho à distância a partir das residências, e o aumento vertiginoso dos serviços on-line de comércio e serviços vistos durante os últimos anos, estão produzindo mudanças profundas no espaço urbano, obrigando o desenvolvimento de novos conceitos e ferramentas para a gestão das cidades.

São José dos Campos tem uma tradição de planejamento urbano que, durante muito tempo, fez da cidade uma referência não só para as demais cidades da região, mas, também, para outras cidades médias do país. No entanto, quando governam a cidade, as administrações conservadoras promovem ações nessa área que sempre se pautam por decisões e processos que restringem a participação da sociedade nas decisões.

Construir uma cidade voltada para as pessoas não é um desafio simples após pelo menos um século de prioridade ao automóvel na estruturação urbana das cidades. No entanto, o carro não pode ser mais a única opção já que se provou incapaz de sozinho atender à demanda atual de mobilidade das pessoas.

Quando se opta por somente ampliar as vias para o transporte individual, o espaço comum das pessoas, como praças, calçadas e ciclovias, fica prejudicado. Essa não é a solução e por isso tem se construído outras opções, com alternativas de transportes que atendam a mais pessoas e sejam menos poluentes, como o transporte público, a bicicleta, e mesmo as viagens a pé.

Um dos principais desafios para o acesso aos espaços públicos, que exige importantes adequações, envolve a estrutura de calçadas, ruas e meios de transporte, para facilitar a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida, sejam idosos ou deficientes.

Um ponto forte das administrações petistas em nossa cidade foi a melhoria do transporte público e sua priorização em relação ao transporte privado individual. Tal política levou à criação da Secretaria de Transportes na gestão da prefeita Ângela Guadagnin (1993-96), e a significativos avanços na gestão Carlinhos Almeida, com a modernização da frota de ônibus, reintrodução dos ônibus articulados, a implantação do bilhete único, a criação dos corredores exclusivos nas principais vias da cidade, e o aumento em mais de 100% na quilometragem das ciclovias.

Todas essas medidas geraram mais conforto, redução do tempo de espera e do custo das viagens para o usuário, dentre outras vantagens. A gestão continuará priorizando este setor por meio de novas obras viárias, em especial as voltadas

ao transporte público e a adoção do uso de energias renováveis, como ônibus e trens elétricos.

As últimas ações para atualizar o sistema público de transportes datam de 2013, ano em que a administração Carlinhos viabilizou o financiamento federal de R\$ 800 milhões para a implantação de um sistema de transporte coletivo de massas que integrava as principais regiões da cidade, o Mobi (BRT), abandonado a partir de 2017.

Infelizmente, as propostas apresentadas pela administração atual não possibilitam um avanço estrutural no sistema de transportes coletivos, pois não garantem a implantação de corredores viários para o transporte rápido e seguro da população, já que a proposta da criação da “linha verde”, não coincide com as vias estruturais para o transporte de massas.

O sistema de transporte público terá que ser recuperado e ampliado devido à redução e sucateamento da frota de ônibus nos últimos oito anos. Em 2016, último ano do governo do PT, circulavam na cidade 391 ônibus; nos anos seguintes este número caiu gradualmente e, em 2020 existiam 324, uma diminuição de 67 ônibus; mesmo com a recuperação parcial depois dessa data, em 2024, a frota tem 363 veículos, 28 a menos que o patamar anterior.

Esse aumento se deu com a aquisição de ônibus antigos, aposentados em outras cidades, o que compromete a qualidade do sistema. Como consequência da redução e envelhecimento da frota, a prefeitura reduziu horários e número de ônibus nas linhas, agravados pelas constantes quebras dos veículos, o que aumentou o tempo de espera dos usuários e a superlotação nos horários de pico.

O uso de combustíveis menos poluentes é uma diretriz que precisa ser prioridade da administração municipal. Reconhecendo a importância dessa mudança, o governo Lula está disponibilizando através do PAC 3 recursos da ordem de R\$ 60,3 milhões para a compra de 12 novos ônibus elétricos para o transporte público municipal, mas esse número ainda é pouco significativo para uma frota que necessita de aproximadamente 400 ônibus para atender à demanda de transporte coletivo do município.

As duas últimas gestões da cidade tentam há vários anos, de forma açodada, a substituição de toda a frota atual por novos ônibus elétricos, o que não é viável no curto prazo, pois envolve não só altos investimentos, mas a instalação de número significativo de pontos de abastecimento. Com isso, as reiteradas licitações realizadas pela prefeitura têm fracassado.

Com participação da sociedade na administração da **Coligação São José Boa para Todos**, o planejamento e a mobilidade urbana terão ações de curto prazo para acelerar a transição ambiental, mas tendo como horizonte o médio e o longo prazo, para a construção de uma cidade compacta, moderna, sustentável e inclusiva, que traga São José para um modelo urbano adequado ao século 21.

Diretrizes para o planejamento urbano

1. implantar o Conselho da Cidade, com a finalidade de propor diretrizes para a política municipal de desenvolvimento urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução, garantindo que em sua composição estejam representados os vários segmentos da sociedade;
2. realizar o planejamento de médio e longo prazo, com participação da sociedade, em um horizonte de 20 anos, com o objetivo de aproveitar oportunidades e cenários favoráveis ao desenvolvimento do município;
3. promover a revitalização urbanística, econômica e cultural dos centros de bairros, garantindo a criação de redes de centralidades polares e lineares;
4. inovar nos conceitos relacionados a implantação de espaços de lazer e recreação, através da elaboração de um sistema de espaços públicos livres que contemplem todo o território, bem como realizar a interligação de áreas públicas com características urbanísticas e ambientais;
5. criar uma dinâmica metropolitana, através da articulação entre os municípios da RMVP, para que a região tenha uma gestão integrada, compartilhada e participativa, priorizando a mobilidade urbana, integração e modernização do transporte coletivo regional;
6. participar ativamente de órgãos e sistemas regionais e estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, saneamento ambiental e meio ambiente, em especial da Agência Metropolitana, comitês e subcomitês da bacia hidrográfica do vale do Paraíba do Sul;
7. efetivar o plano de macrodrenagem, realizando as obras necessárias para combate às enchentes nos locais necessários.

Diretrizes para a mobilidade urbana

1. promover a nova licitação dos transportes coletivos no início de 2025, tendo como diretrizes a modernização do sistema, integrando os alternativos, reduzindo o tempo de espera e a duração das viagens para conforto dos usuários, além de preservar os empregos dos cobradores;
2. ampliar progressivamente os grupos com isenção de passagens no transporte coletivo, começando pelos integrantes do Bolsa Família, do Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico e dos estudantes, com o objetivo de que ao final da próxima administração seja implantada a tarifa zero, concomitante ao aumento da capacidade do sistema, facilitando o acesso da população e a redução do transporte individual, direcionando recursos da área da mobilidade para a manutenção do sistema de transportes coletivos;
3. viabilizar a ligação das principais regiões da cidade, com transporte público rápido e seguro;

4. qualificar os pontos de ônibus com iluminação adequada, mapa da cidade e das linhas de ônibus, com informações sobre a circulação dos ônibus e do tempo para sua chegada;
5. aprovar legislação municipal para o uso de fontes motrizes menos poluentes e menos geradoras de gases do efeito estufa na frota de transporte coletivo urbano, nas frotas próprias e das prestadoras de serviço à prefeitura, estabelecendo a redução progressiva das emissões de dióxido de carbono (CO₂) de origem fóssil, e de poluentes tóxicos emitidos na operação de suas respectivas frotas, por meio de utilização gradual de combustíveis e tecnologias mais limpas e sustentáveis, zerando o uso de combustíveis fósseis em um prazo de dez anos;
6. ampliar progressivamente a frota de ônibus elétricos no transporte público até a substituição total dos veículos movidos a combustíveis fósseis, no prazo previsto no item 5;
7. implantar tecnologias para a gestão e monitoramento do trânsito através de câmeras inteligentes, possibilitando o acompanhamento em tempo real, proporcionando informações e soluções mais rápidas dos problemas para os usuários das vias e do transporte público;
8. promover melhorias no sistema semafórico, ampliando o sistema de semáforos sincronizados, e criando ondas verdes nas principais vias;
9. priorizar a implantação de ciclovias, conectando-as em um grande sistema cicloviário, em todas as regiões da cidade, possibilitando os deslocamentos de bicicletas para o trabalho e lazer;
10. criar um sistema público de bicicletários seguros em parques e outros locais de grande concentração e circulação;
11. implantar um programa de “Cidade Acessível”, com calçadas seguras, rampas de acesso, travessias elevadas, semáforos sonoros para deficientes visuais e outras medidas que promovam a acessibilidade de todos;
12. promover campanhas permanentes voltadas à conscientização da população sobre segurança viária e à adequação do comportamento de motoristas, ciclistas e pedestres (educação para o trânsito);
13. rever a macroestrutura viária que permita o desenvolvimento da cidade, sem os obstáculos inerentes ao crescimento desordenado e sem planejamento estratégico;
14. interligar e conectar as diversas regiões da cidade, reduzindo pontos de estrangulamento viário e a dependência da Rodovia Presidente Dutra;
15. municipalizar a rodovia SP-50 na área urbana até o bairro do Costinha;
16. retomar o processo de requalificação do centro, através de regulamentos específicos de uso e ocupação do solo, com o objetivo de adensar e criar dinâmica e vitalidade;

17. Implantar o aplicativo municipal de transporte de passageiros e mercadorias com taxas de administração abaixo do que é aplicado atualmente pelas empresas (Uber, 99, iFood, outras);

18. Criação de bolsões de estacionamento para os trabalhadores de aplicativo.

2. Meio ambiente, saneamento e qualidade de vida

São José dos Campos é, ambientalmente falando, uma das regiões mais importantes do estado de São Paulo: tem uma das maiores áreas de recarga de aquífero, especialmente nas áreas sul e sudeste do município; uma enorme área de transição de fauna e flora, ficando entre o alto da serra do mar e o pé da serra da Mantiqueira; uma significativa rede hídrica subutilizada, que poderia garantir o abastecimento hídrico da cidade isoladamente, dentre muitos outros pontos de importância biológicos e humanos.

Frente às mudanças climáticas, a administração promoverá uma agenda participativa para gerar projetos, programas e leis de mitigação e adaptação do município à nova realidade ambiental do planeta. Apoiada na população e nas organizações ambientais, a gestão irá buscar apoio técnico das universidades e centros de pesquisa da região para manter diálogo permanente com o Ministério Público e o Poder Judiciário, com o objetivo de fortalecer a fiscalização contra o desmatamento, o uso não sustentável da terra, a poluição industrial e o maltrato aos animais.

A integração do planejamento urbano e territorial com a sustentabilidade terá ênfase, buscando-se associações entre os órgãos municipais de planejamento com seus equivalentes dos municípios vizinhos, do Estado e da União. A atuação do planejamento municipal sobre o uso da terra será incentivada a atuar juntamente aos órgãos de gestão florestal e de bacias hidrográficas estaduais e nacionais para garantir a sustentabilidade local e regional.

O Poder Executivo municipal terá como meta fortalecer a participação do município nas tomadas de decisão sobre os recursos hídricos da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, acolhendo também a contribuição dos órgãos gestores do comitê e da agência da bacia no planejamento territorial do município.

A restauração florestal rural e urbana e a fiscalização ambiental serão priorizadas e fortalecidas. A manutenção da capacidade ecossistêmica de fornecer recursos naturais e serviços será um dos focos da administração, visando garantir o controle ambiental, a melhora na biodiversidade regional e a qualidade de vida das gerações atuais e vindouras.

Saneamento e qualidade de vida

Os serviços de saneamento devem ser de responsabilidade do estado e direito inalienável da população; por isso, a administração da **Coligação São José Boa para Todos** manterá o compromisso de garantir investimentos na área do saneamento, com coleta e tratamento de esgoto, fim dos lixões, fortalecimento da Urbam e ampliação das áreas verdes públicas.

O Plano Municipal de Resíduos Sólidos, elaborado na última gestão petista, será efetivado para a promoção da compostagem do lixo orgânico para a produção de adubos e ampliação da coleta seletiva para reciclagem, prolongando a vida útil do aterro sanitário.

A administração irá investir não só na conservação dos atuais parques, como na criação de novos. Também, ampliará a arborização da zona urbana da cidade, com todas as regiões da cidade recebendo os benefícios da plantação de árvores nativas, selecionadas e ecologicamente corretas. A prioridade será dar mais vida à cidade, com o objetivo de melhorar o patrimônio arbóreo do município, promover o reflorestamento das áreas de nascentes e garantir mais qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

A limpeza urbana terá prioridade através das operações tapa buraco, uso do antipoeira, podas, pintura de guias, varrição e outras atividades de limpeza, manutenção e conservação. A manutenção e a ampliação da iluminação pública terão especial atenção por seus impactos na segurança da população.

A administração também irá multiplicar as ações de pequena monta e impacto econômico-financeiro, mas que resultem em bem-estar para o cidadão, identificando pequenas obras e serviços que podem ser executados em curto espaço de tempo, que demandam a mobilização de poucos recursos, mas que podem trazer a melhoria das condições de vida de cada região. Este trabalho deve ser feito em caráter permanente, inclusive contando com a participação dos representantes de cada região administrativa para a definição das ações.

Com o apoio das universidades e institutos de pesquisas instalados no município, que são referências no país, a prefeitura irá liderar a transformação das cidades brasileiras na transição ambiental.

Diretrizes para o meio ambiente e a qualidade de vida

1. promover o planejamento municipal pautado na participação pública, nas diretrizes de sustentabilidade e na garantia de recursos hídricos para as gerações atual e futura;
2. elaborar legislação municipal com foco na proteção e geração de água no município, controlando o impacto gerado pela expansão urbana e industrial ou pela ampliação da fronteira rural;
3. fomentar programas de mapeamento, recuperação, manutenção e proteção das bacias e nascentes, visando fortalecer a rede hídrica e a geração de água nas áreas urbana e rural, preservando-as da degradação e a esterilização frente ao crescimento urbano;
4. desenvolver programas de preservação e valorização da paisagem natural urbana e rural, de forma articulada com as instituições da sociedade,

preservando a biodiversidade e evitando elementos de degradação ambiental e poluição visual;

5. arborização:

a. cumprir o Plano Municipal de Arborização para reduzir ilhas de calor, realizando o plantio de 50 mil árvores adequadas à arborização urbana em calçadas, em faixas gramadas próximas a vias e em áreas verdes,

b. desenvolver sistema semimecanizado para acelerar o plantio de árvores com maior eficiência, qualidade e redução de custos,

c. rever os procedimentos de manejo, democratizando a participação da população nas decisões sobre corte de árvores para a realização de obras, pois hoje a população não é consultada sobre tais decisões, sendo que muitas vezes obras podem ser realizadas preservando árvores e com mesmo resultado prático final;

6. ampliar as áreas permeáveis para absorção das águas da chuva em praças, parques e outros espaços urbanos para redução de enchentes e escoamento de águas pluviais;

7. propor programas para o tratamento local e comunitário dos parques e praças, através de instituições municipais, associações de bairro e grupos de interesse, em conjunto com a Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, diminuindo o custo para o poder público e garantindo a manutenção e o interesse dos munícipes pelas áreas verdes;

8. realizar programa permanente de educação ambiental nas escolas, implantando sistemas de compostagem, hortas pedagógicas e/ou comunitárias, viveiros de mudas ornamentais e árvores nativas;

9. implantar os parques previstos no Plano Diretor (do Banhado, adequando a área para a convivência entre os moradores e o parque, Cambuí, Itapuã e Cerrado), além de criar o Parque Betânia, promovendo acessibilidade e justiça ambiental, garantindo manutenção e promovendo a visitação e desfrute adequados pela população;

10. consolidar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos, promovendo a compostagem do lixo orgânico para a produção de adubos e ampliando a coleta seletiva para reciclagem, ampliando assim a vida útil do aterro sanitário;

11. incentivar processos de bioconversão de resíduos sólidos em biogás para geração de energia;

12. tornar o licenciamento ambiental de atividades de pequeno e médio impacto, agilizando os processos de licenciamento tanto de atividades do poder público, quanto da iniciativa privada, acelerando a instalação de empresas e gerando empregos;

13. retomar o uso do antipoeira para melhorar a qualidade da manutenção nas vias em que não é possível pavimentação asfáltica;

14. promover a melhoria das estradas rurais através de sistema permanente de manutenção, apoiando as atividades econômicas no meio rural;
15. fortalecer as ações e espaços para a proteção dos animais, promovendo o convívio saudável;
16. viabilizar junto à Sabesp e ao Poder Judiciário o acesso à água tratada e coleta e tratamento de esgoto dos loteamentos e bairros em processo de regularização, para que o município atinja a universalização do saneamento;
17. utilizar energias renováveis nos equipamentos públicos e incentivar a implantação de energia solar em domicílios e empresas do município.

V. Políticas sociais

1. Saúde

As gravíssimas consequências da covid-19 mostraram a importância do Sistema Único de Saúde – SUS para minimizar o impacto e sofrimento da população. Se o país não possuísse um sistema de saúde com atendimento gratuito e universal, com certeza as consequências da pandemia seriam mais graves e a mortalidade ainda maior.

Por outro lado, para além da pandemia, as várias administrações do PSDB e, agora do PSD, acumularam um enorme passivo na área da saúde pública na cidade, minando o SUS, não priorizando a saúde preventiva e cada vez mais subordinando a gestão pública à terceirização das unidades de saúde para as Organizações Sociais – OS. Essa visão da saúde é “hospitalocêntrica” e prioriza a ação curativa pós-adoecimento das pessoas; propõe a privatização e a redução do Estado, afirmando que a ação privada é sempre mais eficiente que a ação estatal, defendendo a saúde como um serviço como outro qualquer e não como uma política pública que vise a saúde e a preservação da vida das pessoas.

Nas gestões petistas foi diferente. Na primeira, quando prefeita Ângela Guadagnin, a cidade foi uma das primeiras que municipalizou a saúde; foi construído o Hospital Municipal e implantadas importantes políticas, como o Projeto Casulo, criado em 2 de setembro de 1994, com o objetivo de diminuir a taxa de mortalidade materno-infantil pelo apoio às políticas públicas de incentivo ao aleitamento materno durante o pré-natal, promovendo assistência ao pré-natal de médio risco e às mulheres com dificuldades de amamentação, bem como o acompanhamento dos bebês de risco.

Na segunda gestão, do prefeito Carlinhos Almeida, um dos programas mais importantes e significativos da gestão foi o aumento de mais de 1000% da Estratégia Saúde da Família – ESF. Se antes a cidade contava com apenas quatro equipes, com a implantação em 2014 do Programa Mais Médicos, do governo federal, São José dos Campos passou a ter 44 equipes atuando em todas as regiões da cidade.

Um ano antes da ampliação do ESF foram registradas quase 22.000 visitas a pacientes (período de junho de 2013/maio de 2014). No primeiro ano do programa, o número saltou para mais de 80.000 e, no segundo ano (junho de 2015/maio de 2016), o número cresceu para cerca de 153.000 atendimentos com visitas domiciliares dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS. O número de consultas médicas saiu de 15.000 (antes do aumento de equipes) para quase 125.000 (junho de 2015/maio 2016).

Se antes o programa atendia cerca de 2% da população, chegou a abranger 24% ao final da administração. O ESF passou a atender em 13 Unidades Básicas de Saúde – UBS; também, foram criadas três Unidades de Saúde da Família – USF nos bairros Majestic, Santa Hermínia e Primavera, na região leste.

O programa trouxe resultados imediatos, com a queda da mortalidade infantil nas unidades com ESF, de 11,5 mortes por mil nascidos vivos para 7,7. Houve ainda queda no índice de internação com causas passíveis de prevenção na saúde básica, de 18% para 13%.

Após o desastre do negacionismo no período da pandemia, o governo Lula está recuperando o SUS. Em 2023, a cidade recebeu do Ministério da Saúde R\$ 203,7 milhões. Entre outras ações, retomou o Programa Mais Médicos que, agora, possui 80 médicos atuando no município, sendo que 60 deles entraram no programa a partir de 2023. Na saúde básica, em um ano e meio, o Ministério da Saúde retomou e custeia para o município 73 equipes de saúde da família, 58 equipes de atenção básica, 25 equipes de saúde bucal, além de 218 ACSs e 181 ACEs.

Também, transferiu neste ano para o município R\$ 2,76 milhões para a complementação do piso salarial dos profissionais de enfermagem, sem contar as 52,42 mil pessoas atendidas nos primeiros cinco meses do ano pelo Programa Farmácia Popular nas 96 farmácias credenciadas na cidade; destas, 48,4 mil retiraram medicamentos gratuitos para diabetes, hipertensão, asma, osteoporose e contraceptivos. Na infraestrutura, através do PAC 3, o governo federal irá construir mais uma Unidade Básica de Saúde – UBS e um Centro Especializado em Reabilitação – CER.

Em parceria com o governo federal, a nova gestão retomará e ampliará as políticas de saúde desenvolvidas pelos governos petistas, atualizando as ações à luz do aprendizado decorrente da pandemia do coronavírus e propondo novas, com o objetivo de consolidar o SUS. Para tanto, dará prioridade absoluta à saúde básica visando ao final de quatro anos de governo a consolidação da ESF em todo o município.

Articulado com a ESF serão criados centros de saúde digital em diferentes regiões do município, equipados com tecnologias avançadas de telemedicina e telessaúde, para oferecer consultas remotas, monitoramento de pacientes crônicos e acompanhamento de casos de saúde mental, reduzindo a necessidade de deslocamento e ampliando o acesso aos serviços de saúde, reduzindo filas e o tempo de espera, além de melhorar a gestão de doenças crônicas com monitoramento contínuo.

Em relação ao atendimento especializado e de urgência e emergência, a administração irá retomar a implantação do Hospital da Mulher, recompor o quadro de servidores do setor, reavaliar e adequar os contratos com as OS para torná-los mais eficientes e ampliar o atendimento, trazendo a gestão da saúde de volta ao controle do poder público.

Logo no início do governo, a administração irá estabelecer uma ação emergencial para dar vazão à demanda reprimida de consultas, exames e cirurgias eletivas, ampliando as parcerias para reduzir as filas, equalizar e diminuir a espera.

Diretrizes para a saúde

Gerais:

1. apoiar de forma incondicional o SUS, para que a saúde seja eficiente como uma política pública executada pelo Estado, conforme os princípios da universalidade, integralidade, equidade, regionalização, hierarquização e participação social;
2. articular as ações de saúde com os prefeitos das cidades para as quais São José dos Campos é referência, conforme o princípio da regionalização, estimulando a expansão da ESF na RMVP para mitigar a utilização das unidades de referência;
3. priorizar a saúde básica, nas dimensões educativa e preventiva, para evitar que as pessoas adoçam, e na resolutividade do atendimento, para tratamento e solução das doenças que não exigem encaminhamento de especialidades e urgência e emergência, focado em campanhas de conscientização, atividades físicas, alimentação saudável e prevenção de doenças, com ações em escolas, empresas e comunidades, além de parcerias com ONGs e instituições de ensino;
4. expandir a residência médica com as faculdades de medicina instaladas no município para formar novos médicos para o SUS;
5. criar residência multiprofissional para a formação de profissionais para a saúde pública;
6. implementar centros de saúde digital em diferentes regiões do município, equipados com tecnologias avançadas de telemedicina e telessaúde, para oferecer consultas remotas, monitoramento de pacientes crônicos e acompanhamento de casos de saúde mental, reduzindo a necessidade de deslocamento e ampliando o acesso aos serviços de saúde;
7. integrar dos aplicativos municipais da área da saúde (Saúde SJC e Nick Saúde) com o Meu SUS Digital, do governo federal, ampliando as funcionalidades já existentes que permitam aos usuários agendarem consultas, acessar seus prontuários eletrônicos, receber lembretes de medicação e consultas, e participar de programas de saúde preventiva, além de incluir um chat com profissionais de saúde para tirar dúvidas e receber orientações;
8. implementar unidades móveis de saúde para atender comunidades e áreas rurais, para oferecer serviços de atenção básica, vacinação, exames preventivos

e orientação em saúde, garantindo que toda a população tenha acesso a cuidados médicos de qualidade;

9. estabelecer a classificação de risco em todo o sistema de saúde, priorizando o atendimento imediato, em no máximo 48 horas, para doenças graves;

10. buscar no prazo de quatro anos realizar toda consulta médica em no máximo cinco dias após o agendamento na rede básica;

11. recompor o quadro de pessoal da administração direta, reduzido devido a aposentadorias e exonerações, realizando concursos públicos para ampliar os serviços/atendimentos dos profissionais da saúde: médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas etc.

Saúde básica:

1. reimplantar o ESF nos locais em que já funcionava e foi encerrado;

2. expandir o ESF para atingir até ao final do governo 80% da cidade, começando pelas regiões com mais vulnerabilidade social;

3. implantar os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF;

4. expandir o atendimento através das Práticas Integrativas e Complementares – PICS já integradas ao SUS, como, por exemplo, a homeopatia e a acupuntura, dentre outras;

5. ampliar o funcionamento das UBSs de maior demanda para dar oportunidade aos trabalhadores diurnos terem acesso ao sistema;

6. garantir o gatilho salarial de 5% aos ACS e ACE;

7. retornar as equipes de ACE para as UBSs de referência, evitando deslocamentos desnecessários ao Centro de Controle de Zoonoses – CCZ, bem como reforçar o atendimento nas áreas abrangidas por cada equipe;

8. reformar e ampliar as instalações do CCZ para melhorar as condições de trabalho no local;

9. criar uma política para a defesa e proteção aos animais e garantia de saúde à população, com castração itinerante de cães e gatos e implantação de hospital veterinário.

Atenção secundária (especialidades):

1. dar transparência às listas de consultas, exames e cirurgias eletivas, recolocando-as na internet, com estimativa de tempo de espera, para que os munícipes possam ter atendimento em prazo adequado;
2. retomar a expansão do hospital da mulher;
3. criar hospital-dia para agilizar e ampliar o número de cirurgias eletivas quando não há necessidade de internação hospitalar, como otorrinolaringologia, fimoses etc.;
4. ampliar os convênios com os hospitais filantrópicos Pio XII, Antoninho da Rocha Marmo, Santa Casa e Francisca Júlia, para tornar mais eficiente e efetivo o atendimento.

Saúde mental:

1. criar um programa integrado de saúde mental e bem-estar, com a criação de centros de apoio psicológico, grupos de terapia comunitária e atividades de bem-estar como yoga e meditação;
2. adequar os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS para a demanda atual da saúde mental, realizando as reformas e ampliações necessárias, além de ampliar horários de atendimento e contratar os profissionais que faltam para dar vazão à demanda;
3. avaliar o atendimento das comunidades terapêuticas e do convênio com o Hospital Francisca Júlia, para otimizar os resultados;
4. retomar e expandir o programa das residências terapêuticas, para a desospitalização manicomial;
4. criar um núcleo de apoio às famílias e atendimento às crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista – TEA, que articule as áreas de saúde e educação, seguindo o modelo do município de Itu – SP.

Urgência e emergência:

1. agilizar o atendimento do SAMU, para garantir o tempo de resposta adequado aos atendimentos de emergência;
2. ampliar as UPAs e o Pronto Socorro, para adequar e tornar mais eficiente o atendimento.

Reabilitação:

1. contratar fisioterapeutas, fonoaudiólogas, e outros profissionais necessários, para garantir o atendimento compatível com a demanda;
2. rever/reavaliar contratos com clínicas privadas, para ampliar e tornar mais eficiente o atendimento de reabilitação;
3. implantar novas unidades de especialidades e alta complexidade no sistema público, priorizando as áreas com maior demanda;
4. implantar com apoio do Cephas uma oficina para conserto de cadeiras de roda e outros equipamentos para a melhoria da qualidade de vida das PCDs.

Saúde bucal

1. ampliar o número de dentistas e auxiliares, com contratação de novos profissionais;
2. criar Centro de Referência Odontológico, para emergências odontológicas.

2. Educação

Para que a educação pública cumpra sua função social

Diferente do autoritarismo do atual governo municipal, que centraliza na Secretaria de Educação e Cidadania – SEC as decisões administrativas e pedagógicas e retira a autonomia das escolas, a referência central para a política de educação a partir de 2025 será a de reconhecer que é na escola que se realizam as mudanças que de fato impactam a qualidade da educação, sendo necessário apoiar, orientar, dar autonomia às escolas, zelando para que de fato se tornem o centro do processo educacional.

Na gestão da **Coligação São José Boa para Todos**, a cidade não terá escola cívico-militar na Rede de Educação Municipal – REM, uma aberração inconstitucional aprovada neste ano pelo Legislativo local; não irá censurar livros didáticos e de literatura livremente escolhidos pela comunidade escolar para o desenvolvimento do processo educacional; não irá impor à comunidade escolar equipes dirigentes sem a participação na escolha dos profissionais da educação, de pais e alunos dessas unidades.

A centralidade da escola define um ambiente favorável para boas experiências educacionais a partir da forma como cada um participa do coletivo e como a equipe se organiza em seus trabalhos.

O professor tem um protagonismo na orientação e na sustentação dos processos educacionais; mas, ele pouco pode fazer sozinho. O professor faz parte de um coletivo da escola e outros profissionais são imprescindíveis para garantir a realização de seu papel e para organizar um ambiente escolar que ajude os estudantes a desenvolverem os seus potenciais.

A escola não pode atuar sozinha e isolada da família e da comunidade. A participação da família é imprescindível na vida escolar do estudante. Ao mesmo tempo, é necessário abrir o campo de articulação da escola com os outros equipamentos públicos que estão presentes no bairro, ou em seu entorno. A escola precisa colocar em seu plano uma proposta de interação com o setor da saúde, da cultura, da ação social, do desenvolvimento e da mobilidade urbana, da segurança pública etc.

Outro aspecto importante é que não há sentido na imposição sobre a escola do modelo administrativo de uma empresa. Não é este tipo de mudança na forma de organizar a escola que vai torná-la mais eficiente e melhorar a qualidade da educação. A escola deve se preservar como sendo uma instituição social de formação do ser humano para uma dimensão muito mais ampla do que a de preparar os estudantes apenas para o trabalho.

A qualidade da educação está diretamente ligada à democracia participativa na escola; só teremos mais participação nas escolas se ela for fomentada no

cotidiano. Aí, então, combinaremos os processos com os resultados. Ao fomentar a democracia participativa a administração irá cuidar com muito zelo do Conselho de Escola e apoiar a organização autônoma dos estudantes através dos grêmios, como exercício de participação e direito à cidadania.

Em 2025 encerra-se a vigência do Plano Municipal de Educação – PME, Lei nº 9.298, de 14 de outubro de 2015, aprovado na gestão Carlinhos Almeida. O plano decenal traduziu em 20 metas e 138 estratégias os objetivos a serem atingidos pela educação municipal no período de 2016 a 2025, conforme as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE de 2014 que se encerrou em 2024. A partir das diretrizes previstas no novo PNE, que terá vigência de 2025 a 2034, ora em tramitação no Congresso Nacional (PL nº 2.614/24), a administração irá realizar o balanço dos objetivos atingidos no município no decênio que se encerra e debater com a comunidade escolar e a sociedade joseense para enviar à aprovação dos vereadores o próximo PME.

O Censo de 2022 identificou que houve uma redução no número de crianças de zero a 14 anos no município, de 137.245 em 2010 para 128.855, o que diminuiu a população dessa faixa etária de 22% para 18%. Também, os jovens (de 15 a 29 anos) passaram de 27% (168.655) para 21% (144.730), tendência que deve se acentuar nos próximos anos e décadas.

Em relação à população acima de 15 anos analfabeta, o censo mostra que São José dos Campos possui a menor taxa de analfabetismo entre as cidades da região. A cidade registrou 97,86% de alfabetizados e 2,14% de analfabetos. No Censo de 2010, as taxas eram de 97% e 3%, respectivamente. Essa redução de 29,33% em 12 anos na proporção de analfabetos decorre em parte da mortalidade das gerações mais idosas.

Essa mudança no perfil demográfico diminui a pressão pelo aumento de vagas no ensino básico público e possibilita a redução do número de alunos por sala de aula, melhorando as condições de trabalho do professor, mas traz novos desafios exigindo cada vez mais foco na qualidade da educação e aumento da escolaridade e qualificação da população, para superar os desafios futuros da redução da força de trabalho e necessidade de aumento da produtividade para a manutenção do dinamismo econômico e social do município.

Os dados do Educacenso, censo anual da educação básica no país, confrontados com o censo populacional de 2022, confirmam que em São José dos Campos o acesso ao ensino fundamental e à pré-escola, atribuições legais do município, estão universalizados. O acesso à creche atingiu 57% da população de zero a três anos pelos dados do último balanço disponível do PME no site da prefeitura (2022).

O novo PME, que será elaborado com ampla participação popular, estabelecerá metas para a educação infantil, os ensinos fundamental, médio e técnico, à educação de jovens e adultos, à erradicação do analfabetismo, à inclusão das pessoas com deficiência e às em vulnerabilidade social, à relação com a

universidade, à qualidade e o uso de novos recursos tecnológicos na educação, à valorização dos profissionais de educação e ao financiamento do setor.

A nova gestão irá avaliar os resultados e atualizar metas e estratégias que forem necessárias para garantir a ampliação do acesso e permanência dos estudantes no ensino municipal; do ensino de qualidade, com a ampliação da formação continuada e a utilização de todos os recursos que a tecnologia dispõe, inclusive garantindo os mesmos recursos às redes terceirizada e conveniada, os Cedins e Cecois; da valorização dos professores como elo fundamental do processo ensino-aprendizagem; e, finalmente, manter constante interlocução e estímulo ao acompanhamento pelos pais e responsáveis da vida escolar dos filhos e a participação no dia a dia da escola.

Em relação ao acesso e permanência na escola, a prioridade será a de garantir a universalização do acesso à creche já ao final do primeiro ano de governo, cumprindo a meta prevista para 2020 no PME que, infelizmente, não será efetivada pela administração que termina neste ano. Também, irá aumentar a oferta no ensino fundamental com a construção de novas escolas, reformas, ampliações e com a progressiva municipalização das escolas estaduais nos locais em que for possível e haja concordância do governo do estado, além de reduzir o número de alunos em sala de aula, criando um ambiente mais favorável à aprendizagem.

A administração também irá buscar aproximação com as universidades públicas e comunitárias com o objetivo de criar mais sinergia entre as graduações de licenciatura e a formação continuada na REM, aproximando a academia da prática cotidiana da sala de aula, além de ampliar a formação em nível de pós-graduação dos professores e graduação para os técnicos municipais de nível médio.

O uso de tecnologia na educação pós-covid-19

Uma das políticas públicas mais impactadas pela epidemia do coronavírus, certamente, foi a educação. O isolamento social e a consequente suspensão das aulas presenciais fortaleceram o uso de recursos tecnológicos para reduzir o impacto da não presença dos alunos nas escolas durante a pandemia.

É evidente que a tecnologia por si só não substitui o ensino presencial, em especial para as crianças menores, mas ela pode ser um auxiliar importante no processo educacional; para isso, é preciso investir em novas metodologias, treinar os professores, alunos e pais para o uso de recursos tecnológicos, além de garantir o acesso aos equipamentos e à internet.

Infelizmente, o Programa Escola Interativa foi congelado a partir de 2017, o que prejudicou uma reação rápida da Secretaria de Educação e Cidadania – SEC quando da pandemia do coronavírus.

Lançado em 2014, no governo Carlinhos Almeida, o programa atendeu toda a rede direta da educação, instalando projetores digitais com acesso à internet em 632 salas de aula de 47 escolas de ensino fundamental e 72 de ensino infantil, chegando à época a atender 60.071 alunos, o que melhorou a qualidade do ensino e aumentou o interesse pelas matérias. Além dos projetores, foram entregues 3.600 notebooks aos professores e disponibilizados 20.000 tablets para os alunos.

Para a implantação do Escola Interativa foram capacitados os profissionais de educação e modernizadas as estruturas de eletricidade das escolas, levando internet às salas de aula e transformando o ensino em toda a rede. Todas as escolas foram equipadas com recursos tecnológicos de última geração, necessários para a realização do programa, integrando os diversos equipamentos e obtendo conteúdos virtuais por meio de acesso à internet (via wi-fi).

A partir de janeiro de 2025, a nova administração irá retomar o programa e atualizá-lo, retomando a formação dos professores, a distribuição de notebooks aos novos professores da rede direta e da rede terceirizada e conveniada, aumentar a velocidade da internet nas escolas e garantir o acesso em casa para os estudantes que ainda não o possuem.

A Fundhas e a articulação entre educação, assistência e inclusão

A Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, instituição mantida pela prefeitura, foi criada em 1987 para atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Após a Constituição Federal de 1988 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990, ela se consolidou na gestão Ângela Guadagnin; sendo assim, os critérios para inclusão priorizam a situação de risco que a criança e/ou adolescente se encontra, não só econômico, mas também de violência ou negligência, focada principalmente na dimensão assistencial, com atividades que se realizam no período contrário ao da escola formal, tanto com estudantes da REM quanto da rede estadual, tendo uma forte atuação na preparação para o mundo do trabalho.

Na Fundhas as crianças são inseridas a partir dos seis anos de idade e podem permanecer na Instituição até os 18 anos, passando por diversos programas, respeitando a faixa etária dos atendidos. A instituição chegou a ter 19 unidades distribuídas em pontos estratégicos e periféricos da cidade, atendendo todas as regiões. Vinculado à Fundhas há ainda o Cephass que oferece cursos técnicos gratuitos para a população que possui o ensino médio, e nesse caso sem limite de idade.

A expansão na última década nas escolas públicas do ensino em tempo integral colocou novos desafios para a Fundhas. A partir de 2013, na gestão Carlinhos

Almeida, a Fundhas firmou com a SEC um termo de cooperação técnica para cadastrar seus estudantes no Educacenso, condição necessária para receber recursos do Fundeb. Durante a gestão formulou-se um Projeto Político Pedagógico para a Fundhas e houve a adesão ao programa federal Mais Educação, promovendo a educação integral das crianças e adolescentes por meio da jornada ampliada com foco na emancipação social.

Para garantir a oferta de novos cursos profissionalizantes a Fundhas também credenciou o Cephas no MEC como ofertante dos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, recebendo para isso recursos federais.

A atual administração começou um processo gradativo de redução e desmonte da Fundhas, fechando unidades, reduzindo o quadro de pessoal e a atuação da instituição, seja na área educacional com também na profissionalização dos jovens. A gestão irá retomar a aproximação da Fundhas com a SEC para ampliar seu papel como uma instituição de educação não formal auxiliando no ensino Integral do município e no atendimento à educação profissional e técnica, mantendo a prioridade ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Diretrizes para a educação

Acesso e permanência na escola

Educação infantil:

1. estabelecer diálogo permanente com pais e responsáveis sobre a educação infantil como direito da criança e, subsidiariamente, como política de assistência, visando incluir a família no processo educacional dos filhos, conforme definido na Constituição Federal;
2. garantir a universalização do acesso à creche ao final do primeiro ano de governo, possibilitando vagas para todas as crianças cujas famílias queiram as matricular na escola pública;
3. priorizar na expansão das vagas de tempo integral na pré-escola e creche às crianças em vulnerabilidade social e às que os responsáveis trabalhem em tempo integral;
4. buscar compatibilizar os horários dos responsáveis que trabalham em tempo parcial com o horário de frequência dos estudantes;
5. concluir reformas, ampliações e construir novas unidades nas regiões em que haja demanda reprimida de vagas;

6. realizar a busca ativa para matricular todas as crianças em idade de frequentar a pré-escola, que estejam fora da sala de aula.

Ensino fundamental:

1. dar continuidade ao processo de municipalização do ensino fundamental, com prioridade para os anos iniciais, garantindo os direitos dos professores estaduais e pactuando compensações do estado para a população, como, por exemplo, a ampliação do acesso ao ensino médio e técnico;

2. reduzir progressivamente o número de alunos por sala de aula, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho do professor;

3. concluir reformas, ampliações e construir novas unidades nas regiões em que haja demanda reprimida de vagas ou escolas superlotadas;

4. criar um “programa pé de meia municipal”, nos moldes do programa federal, para conceder bolsas pecuniárias aos alunos do 9º ano da REM e da EJA do ensino fundamental de famílias integrantes do Bolsa Família e do CadÚnico, para evitar a evasão durante e/ou ao final do ano, além de oferecer um bônus caso esse estudante venha a se matricular no ano seguinte no ensino médio público ou no EJA do ensino médio, combatendo desse modo a evasão escolar de jovens e adultos que precisam trabalhar para contribuir para o sustento da família e incentivar os que terminam o ensino fundamental a continuar os estudos;

5. realizar campanhas regulares para reduzir outras motivações de evasão escolar na REM, promovendo estudos para identificar as causas e desenvolver estratégias para sua redução.

Combate ao analfabetismo e EJA:

1. assegurar em parceria com a rede estadual o acesso à alfabetização e ampliar a conclusão da educação básica para todos os jovens, os adultos e os idosos residentes no município;

2. realizar o mapeamento e a busca ativa da demanda, observadas as especificidades e as necessidades educativas do estudante e considerado o perfil da comunidade local, com o objetivo de orientar a formulação e a implementação da política educacional no território;

3. Instituir apoio financeiro ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de garantir sua permanência na EJA, conforme o item 3 do EF;

4. ofertar turmas da modalidade EJA em espaços não escolares, a fim de atender às necessidades e às especificidades desses estudantes;
5. incluir como condicionalidade nos programas sociais do município o estímulo à frequência ao EJA, caso o beneficiado não tenha completado o ensino básico;
6. Implementar políticas de formação continuada de profissionais da educação que atuem na modalidade da educação de jovens e adultos, em especial por meio de parcerias com instituições de educação superior, com o objetivo de garantir a qualidade da educação.

Educação profissionalizante e técnica:

1. planejar em conjunto e propor parcerias com o Estado - ETEC e a União - IFSP para a expansão do ensino técnico;
2. ampliar, diversificar e regionalizar o Cephas para a oferta cursos profissionalizantes de Formação Inicial e Continuada – FIC e técnico, a partir do pactuado no item anterior.

Inclusão de crianças PCDs e em vulnerabilidade social na perspectiva da Educação Inclusiva:

1. manter parceria com os conselhos tutelares para que se efetive a prioridade à matrícula de crianças e adolescentes que tenham seus direitos violados, e estejam em situação de vulnerabilidade, realizando o acompanhamento social e psicológico para a permanência na escola;
2. estimular o estudo/debate sobre o ECA com professores, estudantes e a família, para a promoção de uma cultura da paz e da proteção de direitos;
3. ampliar a identificação e diagnóstico das crianças PCDs matriculadas na REM, especialmente os transtornos do neurodesenvolvimento, como deficiências intelectuais, transtornos da comunicação, autismo, déficit de atenção e hiperatividade;
4. criar programa de educação inclusiva que organize todo o processo educativo, incluindo a formação continuada para profissionais da educação (gestores da SEC, professores, equipes gestoras, estagiários, agentes educadores);
5. retomar o programa Escola interativa e o trabalho com tecnologia assistiva para estudantes público-alvo da educação especial;
6. tornar os parques e brinquedos acessíveis na sua máxima extensão possível a todas as crianças;

7. ampliar a parceria com a Fundhas para o cumprimento das determinações da lei federal nº 13.935/19, que implantou o atendimento de equipes multiprofissionais de psicologia e assistência social na REM;

8. ofertar cursos de Libras para professores, equipes gestoras, estagiários e agentes educadores;

9. desenvolver currículos e propostas diferenciadas nas escolas municipais próximas às áreas rurais do município, considerando as práticas socioculturais do campo, em especial em São Francisco Xavier e na zona norte do município.

Educação antirracista:

1. promover o ensino de história e das culturas africanas, afro-brasileira, quilombola e indígena, tendo como prioridade o combate ao racismo e o respeito à diversidade, como prática educacional inclusiva;

2. criar um programa de formação continuada em educação antirracista para gestores da SEC, professores, equipes gestoras, estagiários e agentes educadores, não apenas em momentos específicos como a Semana da Consciência Negra;

3. ofertar material pedagógico (livros, bonecos, jogos) que valorizam a cultura afro-brasileira.

Qualidade da educação:

1. estabelecer política de formação continuada comum, que articule e integre os professores da rede direta, terceirizada e conveniada, além da Fundhas;

2. efetivar política de formação continuada para os técnicos educacionais (Agentes Educadores e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil);

3. promover a articulação com as universidades para integrar a o período da graduação com a formação continuada e o vínculo dos estudantes de pedagogia e licenciaturas desde o início dos cursos com a sala de aula;

4. reduzir gradativamente no ensino fundamental o número de alunos por sala, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos profissionais da educação.

Escola Interativa:

1. retomar o Programa Escola Interativa, atualizando os equipamentos, garantindo um notebook para cada professor e ampliando a velocidade de acesso à internet nas escolas;
2. promover um programa municipal para garantir aos estudantes da REM incluídos no CadÚnico o acesso à internet no local de moradia;
3. retomar o Laboratório de Educação Digital e Interativa – LEDI Professor Eduardo Augusto Fernandes como centro de inteligência da Escola Interativa, destinado a atividades de ensino a distância, inclusão digital, educação tecnológica e criação de conteúdos educativos digitais para sala de aula, como o ensino híbrido, sala de aula invertida etc.;
4. estender os mesmos recursos tecnológicos disponibilizados na REM para a Fundhas, viabilizando que o Cephas se referencie como uma escola de vanguarda em tecnologia, fazendo interface com órgãos públicos e privados, universidades e empresas afins, preparando mão de obra qualificada para o mercado de trabalho local.

Profissionais da educação e gestão da escola:

1. redefinir o papel da SEC para a garantia de apoio pedagógico às escolas, incentivando a autonomia das unidades escolares e a definição de um Projeto Político Pedagógico articulado com a comunidade em que a escola está inserida;
2. incentivar a participação na vida da escola de alunos e pais, apoiando a constituição de grêmios estudantis, as Associações de Amigos da Escola e o Conselho de Escola;
3. democratizar a forma de escolha das funções de confiança de diretor, de vice-diretor, de coordenador pedagógico e de assessor de política educacional, em parceria com os profissionais da educação, o conselho de escola e a comunidade escolar;
4. rever o plano novo de carreira do magistério, melhorando as condições de trabalho e incentivo para a permanência dos profissionais na REM;
5. unificar os contratos dos professores por tempo determinado e dos eventuais, garantindo os mesmos direitos e benefícios.

3. Cultura

Ao longo das últimas décadas a Fundação Cultural Cassiano Ricardo - FCCR se consolidou como gestora pública de cultura do município. Desde sua criação pela Lei Municipal nº 3.050, de 14 de novembro de 1985, ela teve uma função importantíssima para o município, tornando-se também referência para outras cidades como modelo de gestão e formulação de políticas culturais, como a lei de incentivo fiscal para o apoio a projetos culturais, as normativas para a defesa do patrimônio histórico e, mais recentemente, do Fundo Municipal de Cultura - FMC.

No período de 2013-16, a política cultural do município experimentou significativo avanço na formulação de instrumentos de gestão e de ampliação ao acesso de bens culturais. Isso só foi possível devido à ampliação do diálogo com a comunidade cultural, aqueles que produzem cultura de forma direta, bem como com a população que é beneficiada por essa produção.

O município realizou no início de 2013 a adesão ao Sistema Nacional de Cultura – SNC, o que possibilitou ampliar a colaboração com o Estado e a União na promoção das políticas públicas de cultura em São José dos Campos de forma descentralizada, participativa e democrática.

Em 2015 foi criado o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais por meio da plataforma colaborativa “Lugares da Cultura”. A plataforma incluía artistas, espaços e eventos da cidade que desejassem realizar seu cadastro, que ficava disponível na internet para o acesso da população.

O Sistema Municipal de Cultura – SMC foi consolidação por lei em 2016. Ainda no final de 2013, antecipando o próprio SMC, o FMC foi aprovado na Câmara; nos anos seguintes, foram efetivadas as suas normativas e a FCCR passou a disponibilizar recursos para o financiamento de projetos através de editais publicados periodicamente.

Finalmente, em 2016, o Plano Municipal de Cultura – PMC e o Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC foram amplamente debatidos com a comunidade, elaborando-se as minutas de lei para o encaminhamento à Câmara Municipal. Também, naquele ano, foi consolidado anteprojeto de lei para a reforma administrativa da FCCR, medida fundamental para que a instituição possa ter robustez para os desafios dos próximos anos.

As duas últimas administrações não deram continuidade às ações que constituiriam um novo arcabouço legal e fortaleceriam a nova dinâmica que a FCCR passou a ter na gestão da cultura do município. Desde 2017, a instituição vem sendo objeto de uma política de esvaziamento, desmandos e omissões, não havendo iniciativas para superar as deficiências que hoje dificultam as ações de cultura no município.

A partir de 2023, o governo Lula reconhecendo a importância da cultura para a geração de emprego e renda já liberou para o município um total de R\$ 9,7

milhões para a cultura, sendo R\$ 5,39 pela Lei Paulo Gustavo e R\$ 4,31 pela Lei Aldir Blanc, contribuindo para a recuperação do setor que sofreu violenta retração durante a pandemia da covid-19, agravada pela omissão da administração municipal que não promoveu no período nenhuma política de auxílio para os artistas e trabalhadores da cultura.

A economia da cidade vive um período de transição, com a diminuição da dependência do setor industrial e aumento dos serviços, setor em que se insere a economia da cultura. Há uma gama de profissionais que podem ser inseridos nessa nova economia.

Mais do que nunca é preciso defender a FCCR contra os que querem vê-la se extinguir; portanto, é fundamental retomar a proposta de reforma administrativa elaborada no final da gestão Carlinhos Almeida para cumprir uma determinação legal do Tribunal de Contas do Estado, fortalecer e dar agilidade à gestão da cultura no município.

A nova gestão irá reverter essa situação e promover o fortalecimento da FCCR e dar um novo dinamismo para a política municipal de cultura, garantindo a participação da população na definição das prioridades das políticas públicas de fomento à arte e cultura.

A gestão de cultura será proativa para obter mais recursos para São José, buscando interlocução com a Associação de Municípios do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira – Codivap, através de sua câmara técnica, e com os órgãos gestores da RMVP, para ampliar a interlocução com a Secretaria de Estado da Cultura.

A partir de 1º de janeiro de 2025, a administração terá como prioridade aumentar os recursos do FMC, com o objetivo de apoiar as mais diversas manifestações artísticas e culturais nos bairros, fortalecendo espaços já existentes, viabilizando novos pontos de cultura em todas as regiões da cidade e gerando oportunidades de trabalho e renda para os artistas e trabalhadores do setor.

Diretrizes para a cultura

1. garantir a centralidade da FCCR como gestora pública de cultura do município, retomando e atualizando a proposta de reforma administrativa elaborada no final da gestão do ex-prefeito Carlinhos Almeida, e a recomposição do quadro de funcionários através de concurso público;

2. fortalecer o FMC como principal instrumento financiador da política pública de cultura, ampliando os recursos financeiros e democratizando o acesso, para fomento de produções artísticas e culturais no município, como forma de minimizar o avanço da pobreza e da exclusão social dos trabalhadores da cultura;

3. criar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIIC com base na plataforma digital “Lugares da Cultura” (extinta na gestão Felício) para consolidar um mapa georreferenciado da produção cultural do município, que inclua grupos, artistas, produtores, técnicos etc.;
4. aprovar lei municipal criando o Programa Cultura Viva constituindo uma rede municipal de pontos de cultura;
5. efetivar como política pública os editais de Mestres da Cultura Viva e de Grupos de Cultura Popular, criados na administração Carlinhos Almeida e interrompidos na gestão seguinte;
6. ampliar os espaços para as atividades culturais, utilizando locais públicos abertos como praças e vias, para incentivar a arte de rua;
7. legalizar o grafite como forma de expressão cultural e artística, tornando-o uma forma de expressão artística integrada ao cotidiano da cidade, garantindo cada vez mais uma cidade culturalmente vibrante, mais bonita e agradável de se viver (Vide diretriz 8, de segurança e justiça);
8. priorizar o incentivo à produção cultural nos bairros como instrumento de inclusão social, desenvolvimento e fortalecimento das diversas manifestações culturais populares contemporâneas (hip hop, grafite etc.);
9. promover o diálogo com a comunidade cultural e a sociedade, a partir das seguintes ações:
 - a. realizar audiências públicas anuais para prestação de contas da aplicação do FMC,
 - b. promover de forma periódica as conferências municipais de cultura,
 - c. aprovar na Câmara o Plano Municipal de Cultura,
 - d. retomar o debate sobre a constituição do Conselho de Políticas Culturais,
 - e. fortalecer as decisões do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico Paisagístico e Cultural – Comphac;
10. priorizar nas áreas de patrimônio histórico e arquivístico as seguintes ações:
 - a. criar um curso técnico no Cephas para formação de mão de obra qualificada para restauração de edificações históricas e bens culturais;
 - b. retomar a restauração das edificações do Parque Vicentina Aranha,
 - c. buscar recursos federais para o restauro do Parque da Cidade e da antiga fábrica da Tecelagem Parahyba,
 - d. restaurar a antiga Estação Ferroviária do Limoeiro,
 - e. reabrir a Igreja São Benedito como espaço cultural para a preservação da história afro-brasileira no município;
 - f. viabilizar prédio adequado para o Arquivo Público do Município,

- g. inserir no Plano Diretor do município as Zonas de Interesse Histórico,
 - h. prever na legislação do registro em livro tomo do patrimônio imaterial,
 - i. modernizar o Sistema Municipal de Bibliotecas, atualizando e ampliando o acervo e o acesso aos usuários,
 - j. fortalecer o Sistema Municipal de Museus, disponibilizando o acesso virtual ao acervo de sua reserva técnica, entre outras ações;
11. retomar a articulação entre FCCR, Fundhas e SEC para formação profissionalizante e técnica com jovens na área da cultura, e desenvolvimento de projetos culturais nas escolas;
 12. propor novas parcerias com o Sistema “S” (Sesi, Sesc e Senac) para cursos, seminários e eventos na área da cultura;
 13. abrir para grupos culturais e entidades o uso dos diversos espaços públicos existentes, incluindo a utilização de espaços históricos que hoje encontram-se fechados;
 14. construir um novo teatro municipal.

4. Esportes e lazer

São José dos Campos é uma cidade com significativa infraestrutura, leis e programas esportivos e de atividades físicas. São programas que possibilitam atender milhares de munícipes gratuitamente em todos os bairros, nos oito centros poliesportivos distribuídos em todas as regiões ou em outros equipamentos esportivos, como escolinhas de iniciação esportiva, atividades físicas e lazer, além de apoiar os esportes de alto rendimento.

As unidades esportivas e comunitárias proporcionam atividades regulares em diversas modalidades para crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiências. O programa Atleta Cidadão oferece as condições necessárias para crianças e jovens em várias modalidades.

O futebol amador é mais uma opção de lazer aos munícipes aos finais de semana em muitos campos da cidade, assim como os praticantes de caminhada e os de corridas de rua, que reúnem milhares de corredores. Os programas de rua de lazer e recreação levam à comunidade brincadeiras e jogos para crianças. Esses divertimentos se estendem aos idosos e àqueles que têm algum tipo de deficiência e que necessitam de atenção especial.

Visando atender melhor aos atletas e praticantes amadores de esporte, a Gestão da **Coligação São José Boa para Todos** irá investir em construções e reformas de campos de futebol, vestiários, cobertura e construção novas quadras, centros poliesportivos, pistas de skate e piscinas.

Uma prioridade será ampliar as ciclovias, que permitem ampliar a mobilidade e têm um apelo significativo como atividade de esporte e lazer nos fins de semana e períodos de folga das pessoas.

Desta forma, a administração irá incrementar às diversas modalidades de atividades esportivas gratuitas, seja para a qualidade de vida, inclusão social, iniciação esportiva ou participação em equipes competitivas da cidade.

Diretrizes para esportes e lazer

1. estimular uma maior ocupação dos centros poliesportivos, distribuídos em todas as regiões da cidade, com atividades de esportes, cultura, lazer e entretenimento;
2. desenvolver um plano municipal de esporte e lazer e criar o Conselho Municipal do Esporte, envolvendo a comunidade e as diversas instituições nesse grande debate, visando uma cidade saudável;

3. ampliar e fortalecer as práticas esportivas e de lazer para as pessoas com deficiência em todos os centros poliesportivos da cidade, buscando parcerias com instituições que trabalham com pessoas com deficiências;
4. desenvolver o programa Atleta Cidadão nas escolas da rede municipal de ensino, onde está o público-alvo do programa, promovendo na escola a iniciação esportiva e utilizando os centros esportivos como centros para o desenvolvimento esportivo daqueles estudantes que se interessarem ou se destacarem em cada modalidade;
5. promover campeonatos inter-regionais de futebol amador, basquete e vôlei, para integração das comunidades, e identificação de potenciais atletas para o esporte local e nacional.

5. Cidadania, inclusão e renda básica

Por mais que uma administração tenha a responsabilidade de governar para toda a população da cidade, fato é que existe uma parcela da sociedade mais vulnerável e que também depende mais dos serviços públicos básicos providos pela prefeitura.

Outro aspecto da exclusão social se dá na dificuldade de setores da sociedade em aceitar e respeitar a diversidade humana; a realidade política atual tem mostrado que os grupos conservadores cada vez mais se utilizam de todo tipo de preconceito para se afirmarem na política. Com isso, na prática, excluem a maior parte da população do acesso à cidadania.

Sob pena de não conseguir cumprir seus objetivos, uma administração democrática e inclusiva não pode deixar de combater os preconceitos de gênero, raciais e de orientação sexual, ampliando as políticas e o atendimento de saúde, educação, assistência, renda e emprego para os que mais precisam.

A nova administração irá promover uma inversão de prioridades na gestão pública, dando atenção aos investimentos e soluções às demandas das parcelas mais fragilizadas da população, em especial, à juventude, aos idosos, às pessoas com deficiência e os grupos identitários, fortalecendo o Sistema Único de Assistência Social – Suas.

Essa política se materializa na consolidação da rede de proteção à saúde da mulher e da população negra; no fortalecimento da implantação da lei Maria da Penha, para atendimento às vítimas de violência de gênero e ampliando as ações de combate ao racismo e à homofobia, priorizando, por exemplo, no âmbito da educação, a efetivação da Lei nº 10.639/2010; na efetivação de uma política pública de segurança que respeite e promova os direitos humanos.

Dada a ausência da administração atual em dar respostas eficazes à pandemia provocada pelo coronavírus, a situação de desigualdade social tende a se agravar a partir de janeiro de 2025, com o fim do auxílio emergencial federal aprovado pelo Congresso no início da pandemia.

No momento gravíssimo de queda de renda decorrente da pandemia do coronavírus, a prefeitura irá retomar e priorizar o Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, realizando transferências de renda aos setores sociais que mais sofrem com a crise, para reduzir as desigualdades e minimizar os efeitos da pandemia.

Diretrizes para cidadania, inclusão e renda básica

1. consolidar o SUAS, promovendo a melhoria do atendimento à população nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e CREAS;

2. capacitar dirigentes e profissionais das organizações não governamentais para tornar efetivo o marco regulatório do terceiro setor;
3. promover a ampliação de serviços e programas em conjunto com a política de educação e saúde para:
 - a- jovens em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de ampliação da escolaridade e acesso ao mundo do trabalho,
 - b- pessoas com deficiência e idosos com dependência,
 - c- as comunidades rurais do município;
4. ampliar as estratégias de inclusão produtiva para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, por meio do desenvolvimento do empreendedorismo econômico e solidário e acesso ao mundo do trabalho;
5. garantir a manutenção da rede socioassistencial já instalada no município, com acompanhamento das famílias inseridas nos diversos programas próprios, em parceria com os governos estadual e federal, bem como com as entidades sociais;
6. fortalecer o diálogo com a sociedade civil e as entidades sociais buscando compartilhar a gestão das políticas públicas.

Políticas públicas para as mulheres

1. fortalecer a proteção à mulher vítima de violência através da constituição de uma rede de serviços próprios e em parcerias, contribuindo para a implantação efetiva da lei Maria da Penha;
2. promover campanhas periódicas para a redução da violência contra a mulher;
3. ampliar os programas de atendimento integral à saúde da mulher, dando continuidade à implantação da segunda fase do Hospital da Mulher;
4. propiciar a autonomia das mulheres com programas de geração de renda específicos;
5. ampliar os serviços e ações citadas nos itens anteriores às mulheres transgêneros.

Promoção da igualdade racial

1. estabelecer parcerias com as universidades para a realização de estudos para compreender o racismo estrutural no município, para a definição de estratégias de enfrentamento do problema;

2. investir em programas de combate ao racismo impregnado historicamente na sociedade, tais como a efetivação da lei federal nº 10.639/2010 no âmbito da educação;

3. consolidar o programa de saúde da população negra, promovendo a formação e capacitação na rede de saúde sobre as doenças que mais acometem essa parcela da sociedade.

População LGBT+

1. instituir rede de enfrentamento à discriminação e à violência contra a comunidade LGBT+, estruturando política pública apoio e acolhimento, em especial nas áreas de saúde, assistência social e segurança;

2. criar abrigo público específico para receber pessoas sem-teto vítimas de violência transfóbica.

Redução da dependência química

1. ampliar as estruturas próprias e parcerias para o atendimento sem filas de espera;

2. reinserir através de programas para a volta ao mercado de trabalho e ao seio das famílias;

3. prevenir através de programas de conscientização, alcançando cada vez mais pessoas que necessitam atendimento.

Pessoas com deficiências

1. desenvolver políticas públicas e uma cidade com estruturas e equipamentos urbanos devidamente adaptados para pessoas com quaisquer deficiências, fortalecendo os processos e as formas de acessibilidade e inclusão;

2. estabelecer política de saúde para a realização de diagnósticos precoces das pessoas com deficiência.

Juventude

1. efetivar as políticas públicas previstas no Estatuto da Juventude, garantindo saúde, educação, trabalho, lazer, moradia e entre outras, garantindo o pleno desenvolvimento dos jovens e evitando a exclusão.

Idosos

1. consolidar as políticas públicas previstas pelo Estatuto do Idoso;
2. criar espaços públicos adequados para uma convivência intergeracional, estimulando as atividades físicas e sociais dos idosos.

6. Segurança e justiça

Uma característica histórica da sociedade brasileira é a da ação violenta das polícias, com alto índice de mortes e desrespeito aos direitos humanos, em particular contra jovens, negros e pobres. A **Coligação São José Boa para Todos** entende que a segurança pública deve estar a serviço da proteção da população mais pobre e vulnerável, e que problemas sociais não podem ser tratados como caso de polícia.

Um dos aspectos mais importantes da segurança está associado a como a população se apropria da cidade e se relaciona com as suas ruas, calçadas, praças e parques. Uma cidade compacta, sustentável e com ampla diversidade de usos, amigável em seus espaços públicos à circulação de pedestres, ciclistas e outras formas de transporte coletivo é, certamente, mais segura à comunidade.

Por esse motivo, uma política de segurança não pode ser tratada de forma isolada, separada de uma política de desenvolvimento sustentável, que gere emprego e renda à população, que dê assistência aos mais vulneráveis, que promova educação e saúde aos seus moradores, que tenha como norte à sustentabilidade ambiental e uma política de cultura vibrante e integrada aos espaços públicos.

Do ponto de vista institucional, a segurança pública é especialmente dever da União e dos estados, sendo de responsabilidade do município a proteção dos edifícios públicos e, com o advento da lei federal 13.022, de 8 de agosto de 2014, também a responsabilidade pelo policiamento preventivo, que deve ter caráter comunitário.

Desta forma, cada vez mais o município é compelido a desenvolver políticas de segurança, importante demanda da sociedade. Para que isso aconteça, a Guarda Civil Municipal – GCM deve se constituir numa polícia cidadã, que será constantemente treinada para cumprir seu papel de forma integrada com o Estado e a União no fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, buscando a valorização e formação profissional de seus quadros, a modernização da gestão e a articulação de sua intervenção operacional com as instituições de segurança estaduais e federais.

A GCM atuará de forma integrada com as polícias estaduais, o ministério público e o judiciário, devendo contribuir sobretudo na prevenção. Sua ação deve ser pautada pela defesa da justiça social, dos direitos humanos e da igualdade de gênero, no combate ao racismo e à violência doméstica, na proteção aos grupos e pessoas marginalizados em situação de rua ou pela sua orientação sexual, entre outros.

A administração buscará parceria com o Estado e a sociedade para realizar um amplo diagnóstico da dinâmica da violência na cidade. Também, a segurança pública não pode prescindir do envolvimento da população através de fóruns locais comunitários e a criação de programas de prevenção nos territórios

vulneráveis, com o envolvimento das secretarias municipais ligadas às políticas sociais, como saúde, educação, assistência social, entre outras.

Como decorrência dessas novas responsabilidades, a administração não irá se descuidar da necessidade de realizar investimentos, parcerias e programas que garantam mais segurança e tranquilidade aos seus munícipes, com a manutenção de efetivo compatível com as necessidades da cidade, aquisição e renovação de viaturas, motos e material de trabalho, instalação, modernização e integração das câmeras ao Centro de Operações Integradas – COI, programas de segurança escolar, estabelecimento de parcerias com o governo federal e a atuação conjunta com a Polícia Militar são algumas das importantes iniciativas que também estarão no foco para que a administração possa cumprir suas atribuições legais na área de segurança.

Diretrizes para segurança e justiça

1. criar um observatório de segurança pública, com a contribuição das universidades, com o objetivo de realizar um diagnóstico da violência e da dinâmica da violência na cidade e propor estratégias para sua redução;
2. fortalecer a GCM e realização de concursos público para contratação de mais agentes, atuando sempre em parceria com os órgãos de segurança do Estado e da União, para fortalecimento do SUSP, assumindo assim o papel do município no cumprimento da Lei Federal nº 13.022/2014;
3. priorizar as ações de formação da GCM para o respeito aos direitos humanos, combate ao racismo, discriminação de gênero e respeito à diversidade, fortalecendo os mecanismos de prevenção a abusos e violência do Estado contra as populações vulneráveis e marginalizadas;
4. otimizar a utilização dos recursos de monitoramento oferecidos pelo COI, adequando a produção de informações para subsídio ao planejamento das diversas áreas de políticas públicas, visando desenvolver ações mais dirigidas, rápidas e efetivas;
5. promover ações preventivas, articuladas com as políticas de assistência social, de esporte e lazer e de educação e cultura, desenvolvendo a cultura da paz, com o envolvimento das escolas, igrejas e demais instituições da sociedade;
6. fortalecer os conselhos tutelares, para prevenir o abuso contra crianças e adolescentes, a violência doméstica e a evasão escolar;
7. investir em programas de vigilância no entorno das escolas, para a redução da violência, uso e tráfico de drogas nesses locais;
8. revogar a legislação que proíbe o grafite e criminaliza os grafiteiros (Vide diretriz 6 de cultura);

9. reorganizar a atuação dos fiscais de posturas e suas jornadas para melhor atender a população para evitar perturbações ao sossego, especialmente no horário noturno;
10. aumentar a segurança no Centro e no seu entorno, promovendo obras e ações que estimulem à população a frequentar cada vez mais a região central;
11. ampliar a iluminação a LED nas praças e demais espaços públicos.

7. Habitação e regularização de bairros

O Censo de 2022 identificou em São José 24.694 imóveis vazios. Por outro lado, a Secretaria de Habitação registra 4.093 cadastros de famílias que não possuem renda suficiente para adquirir um imóvel através do mercado imobiliário e precisam de subsídio para ter a casa própria; o número de imóveis vazios é seis vezes maior que o número de famílias de baixa renda esperando por moradia.

Com a retomada dos programas federais de habitação, o governo Lula tem atuado para reduzir o déficit, tanto para as faixas de renda média e mais altas, quanto para a população de renda de renda bruta familiar mensal até R\$ 2.640,00, enquadrada na faixa 1 do programa MCMV.

A partir de 2023 já financiou no município 3,6 mil moradias por meio do FGTS, com valor total de R\$ 616,95 milhões. Através do MCMV selecionou seis novos empreendimentos para a construção de 528 moradias na faixa 1.

São José sempre enfrentou problemas de acesso à moradia e pelo número de bairros irregulares e clandestinos. Na administração Carlinhos Almeida esses problemas foram atacados com a devida atenção, o que levou à regularização de 24 bairros, compreendendo 3.929 lotes, deixando ainda em processo de regularização outros seis bairros, beneficiando um total de 24.788 mil pessoas.

No período, os programas habitacionais em parceria, com o governo federal, Minha Casa, Minha Vida – MCMV, com o governo estadual, CDHU, e com recursos próprios, Urbam, culminaram na contratação e entrega de 5.546 moradias populares à população de baixa renda.

A parceria com o governo federal, por exemplo, possibilitou a construção do Conjunto Habitacional Pinheirinho dos Palmares, com 1.461 moradias, e que incluiu escola de ensino fundamental, creche e outros equipamentos públicos. Essa ação resolveu um grave problema, criado em 2012, devido à violenta desocupação policial do antigo Pinheirinho, que causou repercussão em todo o país e, inclusive, no exterior.

As ações realizadas no período 2013-16 foram consequência da vontade política do governo municipal de priorizar a habitação popular e a regularização de interesse social. A partir do primeiro governo Lula, com a criação do Ministério das Cidades em 2003, a efetivação pela primeira vez de um Plano Nacional de Regularização Fundiária, a aprovação das leis federais nº 11.552 e 11.977/2009 (Lei de criação do Programa MCMV), alinharam, dessa forma, em todo o território nacional, as diretrizes postas a partir da ordem constitucional urbanística, inclusive por meio do fortalecimento da autonomia municipal, permitiu tornar efetivo o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257), aprovado em 2001 pelo Congresso.

Dado ao passivo habitacional, mesmo assim, parte significativa da cidade ainda vive em imóveis informais ou que possuem alguma irregularidade fundiária, inclusive em regiões consolidadas. O atual Plano Diretor do Município, aprovado

em 2018, lista 147 bairros ou núcleos informais. Em 2015, levantamento da prefeitura revelou que cerca de 70 mil viviam em bairros irregulares. Também, em março de 2017, pelos dados divulgados pela prefeitura, a fila da habitação possuía 14.544 munícipes com cadastros atualizados.

A partir de 2017 houve o abandono da política habitacional de regularização; a Secretaria de Regularização Fundiária, criada no governo Carlinhos Almeida, foi extinta interrompendo as ações com vistas a resolver o enorme passivo habitacional do município, justamente quando o novo marco legal, lei federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, facilitou os processos de regularização fundiária urbana. Ao mesmo tempo aumentaram o IPTU das novas áreas regularizadas de forma desproporcional à capacidade de pagamento da população que mora nesses locais.

A lei nº 13.465/17, ao revogar o Capítulo III, que tratava da regularização fundiária, da Lei nº 11.977/09 estabeleceu um novo marco legal, centrado na titulação e criação de mais propriedades, constituindo uma política pública de incentivo ao mercado e à comercialização da propriedade urbana. Apesar de essa nova política subordinar a cidade real e o direito à moradia aos interesses do mercado imobiliário ao priorizar o reconhecimento da propriedade e o registro cartorário dos terrenos, ela representa um passo à frente na integração das comunidades de baixa renda à cidade formal e à melhoria de suas condições de vida.

Entre outros aspectos, a nova lei desburocratiza, simplifica, agiliza e destrava os procedimentos da regularização fundiária urbana e amplia as possibilidades de acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda. Altera o conceito de assentamento irregular para núcleo urbano informal, contemplando os núcleos clandestinos e irregulares, com usos residenciais e não residenciais, sob a forma de parcelamentos do solo, de conjuntos habitacionais ou condomínios, horizontais, verticais ou mistos.

A nova norma simplifica a classificação das áreas para reurbanização, dando ao Município a competência para determinar a modalidade de regularização, se de Interesse Social – Reurb-S ou de Interesse Específico – Reurb-E, tornando isentos de custas e emolumentos os atos registrares relacionados à regularização de interesse social.

Em função das novas possibilidades abertas pela legislação, a administração irá acelerar os processos de regularização construindo com a população das áreas informais um plano que priorize a regularização no modelo Reurb-S em todos os locais em que for possível promova a titulação associada à criação de infraestrutura para o fortalecimento do valor de uso das habitações e de seu entorno para possibilitar uma vida digna aos cidadãos.

Diretrizes para habitação e regularização de bairros

1. elaborar, com participação da população, um plano municipal de regularização plurianual, que inclua todas as áreas informais do município, mesmo as já consolidadas e que possuem infraestrutura urbana, como loteamentos e conjuntos construídos antes e após a lei federal de parcelamento do solo (Lei nº 6.766/79), priorizando as 147 áreas de interesse social identificadas no Plano Diretor do Município (Lei Complementar nº 612/18);
2. aprovar na Câmara uma lei municipal de regularização urbana adequada à atual legislação federal e criando prazos para regularizar todos os bairros irregulares da cidade.
3. construir, com participação da população, um Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, para mapear e propor estratégias para superação do déficit habitacional do município;
4. priorizar a regularização da comunidade do Jardim Nova Esperança, localizado no Banhado a partir do Plano Popular de Urbanização e Regularização Fundiária elaborado em parceria com a população local, sob a coordenação de técnicos da Universidade de São Paulo e apoio de várias outras universidades e instituições;
5. retomar a regularização/legalização dos empreendimentos habitacionais CDHU instituídos no município em anos anteriores, com o consequente fornecimento dos títulos aos proprietários;
6. realizar os programas de habitação em consonância com os programas de meio ambiente do município, evitando contradições de objetivos e prejuízos ao erário;
7. incentivar programas sustentáveis de requalificação urbana com foco na densificação das áreas centrais e vizinhas às centrais;
8. viabilizar a instalação de equipamentos públicos e privados, como centros comerciais e gastronômicos de forma descentralizada, potencializando a economia local nas regiões da cidade, reduzindo a necessidade de ir à região central e gerando emprego e renda mais próximo às moradias;
9. isentar, por um período a ser definido, entre dois e cinco anos, os proprietários que receberão títulos dos novos bairros, loteamentos e áreas regularizadas de interesse social, para que possam promover adequações em suas residências, melhorando suas condições de habitabilidade;
10. retomar as parcerias com os governos federal estadual, visando dar continuidade a construção de unidades habitacionais através do programa MCMV e pelo CDHU;
11. ampliar o programa habitacional através de projetos desenvolvidos pelo município, possibilitando autoconstrução da população a partir de lotes urbanizados;

12. continuar a parceria com a Associação dos Arquitetos e Engenheiros, visando disponibilizar o maior número possível de plantas populares, seja para novas construções, seja para regularizar as já edificadas;
13. implantar um programa habitacional visando atender os funcionários públicos municipais que não conseguem cobertura no sistema financeiro oferecido pelo mercado;
14. constituir um estoque de terras, destinado para os programas habitacionais, diminuindo o custo das unidades;
15. atualizar e efetivar o Plano Municipal de Redução de Riscos, elaborado ao final da administração Carlinhos e até hoje não implantado, para a eliminação gradual das áreas com possibilidades de desmoronamento e inundações, regularizando os locais em que for possível garantir a segurança dos moradores.

VI. Obras e equipamentos

Continuar as obras já iniciadas e aquelas que estão atrasadas no município. Com recursos da prefeitura e através do PAC, em parceria com o governo Lula, realizar as seguintes obras e aquisição de equipamentos:

1. nova EMEI no bairro Campo dos Alemães, ao lado da UBS (Creche tipo 1);
2. nova creche no Jardim Mesquita/Parque Interlagos, ao lado da Emefi Alda de Souza Araújo;
3. nova escola de ensino fundamental de tempo integral no Altos de Santana, ao lado do CDHU Jaguari;
4. nova escola de ensino fundamental de tempo integral na região do Campos São José (SetParque/Monterrey/Jardim Helena);
5. nova escola de ensino fundamental de tempo integral no bairro Vila Adriana, (região Sudeste);
6. nova escola de ensino fundamental de tempo integral no Campos dos Alemães;
7. construção do complexo materno infantil/ hospital da mulher;
8. aquisição de uma unidade odontológica móvel;
9. espaços comunitários nos bairros Jardim Mariana (já contemplado no PAC), Residencial Jatobá (região do Putim) e Vila Rossi (Rua Miguel Eras);
10. ciclovia/Pedestres Zona Norte/Oeste;
11. implantação de rede de água e esgoto bairro Capuava e demais bairros que ainda convivem com falta de água e rede de esgoto;
12. construção de creche no bairro Santa Júlia, com recursos já garantidos no PAC;
13. construção do CER – Centro Especial de Reabilitação, com recursos já garantidos no PAC;
14. construção das UBSs Cajuru (recurso já garantido no PAC) e Vila Industrial/Vila Tatetuba;
15. nova UPA na região leste;
16. duplicação da estrada Néelson Tavares da Silva (Estrada do Bom Retiro);
17. duplicação da estrada Dom José Antônio do Couto (Estrada do Cajuru);
18. duplicação da estrada João Miacci, entre os bairros Interlagos/Dom Pedro;

19. novo acesso à região do Urbanova;
20. cobertura das piscinas dos poliesportivos e construção de piscinas nos poliesportivos Campo dos Alemães e Santa Inês;
21. aquisição de mais ônibus elétricos em parceria com o governo Lula, com parte dos recursos já contemplados no PAC;
22. aterrar a fiação elétrica nas vias principais de comércio dos bairros e na região central;
23. ampliar o número dos Pontos de Entrega Voluntária – PEVs.